RUTH LAVRAS BIAJOTI

U M A V I L A P A U L I S T A N A :

- V I L A P A L M E I R A -

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENT
TADA À DISCIPLINA DE GEOGRAFIA
HUMANA DA FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Ruth Lavras Biajoti

UMA VILA PAULISTANA:

VILA PALMEIRA

Dissertação de Mestrado
apresentada à Disciplina
de Geografia Humana da
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São
Paulo sob a orientação do
Prof. Dr. Pasquale Petrone.

Para o Beto

AGRADEÇO AO PROFESSOR DOUTOR
PASQUALE PETRONE AS SUGESTÕES E ORIENTAÇÃO
QUE ME DEU DURANTE A REALIZAÇÃO DESTE
TRABALHO.

AGRADEÇO

- ao Professor Doutor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que me introduziu ao Departamento de Geografia Humana e à orientação do Professor Petrone;
- a Julieta, Secretária do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, a atenção e a amizade;
- a Ana Maria C. Marangoni e Claudette B. Junqueira, geógrafas do Laboratório de Geografia Humana, as diferentes oportunidades que ofereceram à discussão deste trabalho;
- a Suzana Pasternak Taschner, a orientação para a determinação dos critérios de amostragem;
- a Professora Leonor Gomes Válio e a Thereza Aparecida Genesini, a contribuição na elaboração e análise estatística dos dados;
- a Luiza Célia Curti Alves, as inúmeras sugestões e a colaboração em todas as fases deste trabalho.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	p. 8
CAPÍTULO I - UMA VILA PAULISTANA:- VILA PALMEIRA	
1. A Expansão Urbana da Cidade de São Paulo e a Integração da Freguesia de Nossa Senhora do Ó.....	p. 17
2. A Formação de Vila Palmeira	p. 30
CAPÍTULO II - A ESTRUTURAÇÃO DE VILA PALMEIRA COMO UNIDADE COLETIVA	
1. As Características da População	p. 38
2. A Unidade Residencial	p. 49
3. O Espaço	p. 54
CAPÍTULO III - VILA PALMEIRA: A COMUNIDADE RESIDENCIAL	
1. As Relações Sociais	p. 64
2. As Aspirações dos Moradores	p. 72
CONCLUSÃO	p. 77
BIBLIOGRAFIA	p. 86

RELAÇÃO DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS APRESENTADOS

TABELAS

- Tabela 1 - Local de Nascimento da População de Vila Palmeira.
- Tabela 2 - Local de Nascimento e Idade da População.
- Tabela 3 - Tempo de Fixação em Vila Palmeira e Último Local de Moradia.
- Tabela 4 - Renda Familiar Mensal.
- Tabela 5 - Escolaridade e/ou Trabalho da População Feminina Segundo a Idade.
- Tabela 6 - Escolaridade e/ou Trabalho da População Masculina Segundo a Idade.
- Tabela 7 - Ocupação da População Segundo o Sexo.
- Tabela 8 - Condição de Uso e Tipo de Uso da Moradia.
- Tabela 9 - Condição de Uso da Moradia e Renda Familiar Mensal.
- Tabela 10 - Valor dos Aluguéis e Renda Familiar Mensal.
- Tabela 11 - Tipo de Uso da Moradia e Renda Familiar Mensal.
- Tabela 12 - Tipo de Uso da Moradia e Valor dos Aluguéis.
- Tabela 13 - Número de Pessoas na Unidade Domiciliar por Cômodo Habitável.
- Tabela 14 - Número de Pessoas na Unidade Domiciliar Segundo o Tipo de Uso da Moradia.
- Tabela 15 - Tempo de Fixação em Vila Palmeira e Tempo de Permanência na Moradia.
- Tabela 16 - Local de Trabalho Segundo o Tipo de Condução Utilizada.
- Tabela 17 - Opinião dos Moradores sobre as Pessoas que Consideram Trabalhar por Vila Palmeira.
- Tabela 18 - Opinião dos Moradores Sobre Serviços Urbanos que Consideram Faltar em Vila Palmeira.
- Tabela 19 - Aspirações dos Moradores em Relação a Permanência ou Mudança de Vila Palmeira.

GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Tempo de Fixação dos Moradores em Vila Palmeira.
- Gráfico 2 - Renda Familiar Mensal da População de Vila Palmeira.

Gráfico 3 - Local de Compras e Utilização de Serviços.

Gráfico 4 - Participação dos Moradores de Vila Palmeira em Associações Locais.

Gráfico 5 - Participação dos Moradores de Vila Palmeira nos Meios de Comunicação de Massa.

QUADROS

Quadro 1 - Unidades Domiciliares de Vila Palmeira: Número e Natureza. Divisão de Cadastro Integrado da Superintendência de Águas e Esgotos da Capital (SAEC) - 1962.

Quadro 2 - Valores Imobiliários em Vila Palmeira, Segundo as Plan - tas Genéricas de Valores do Município de São Paulo, no pe ríodo de 1953/1971.
Divisão de Rendas Imobiliárias - Secretaria de Finanças do Município de São Paulo.

RELAÇÃO DAS PLANTAS DE VILA PALMEIRA APRESENTADAS

- 1 - Planta Visiográfica de Vila Palmeira.
- 2 - Vila Palmeira - Mapa Topográfico do Município de São Paulo.
1930 (Sara - Brasil).
- 3 - Vila Palmeira - Planta da Cidade de São Paulo, 1954.
(Levantamento Aerofotogramétrico Vasp/Cruzeiro do Sul).
- 4 - Vila Palmeira - Planta da Cidade de São Paulo, 1971.
(Instituto Geográfico e Geológico).
- 5 - Vila Palmeira - Planta da Cidade de São Paulo, 1975.
(Gegran, Secretaria de Economia e Planejamento).
- 6 - Vila Palmeira - Planta da Cidade de São Paulo, 1978/1979.
(Departamento de Rendas Imobiliárias, Prefeitura do Município de São Paulo).

I N T R O D U Ç Ã O

Na investigação da ciência social duas grandes tendências manifestam-se. A primeira privilegia a chamada "big science". A segunda dá prioridade à investigação empírica dos problemas sociais.

Esta segunda tendência constitui o ponto de partida deste trabalho - uma dissertação de mestrado - onde se procura explicar regularidades de coexistência e regularidades de sequência, com o propósito de verificar o nível de bem-estar de grupos sociais através de respostas obtidas em função da definição dos valores e objetivos prioritários.

A investigação urbana encontra nas comunidades residenciais um vasto campo de pesquisas e experiência. O crescimento espontâneo ou dirigido das aglomerações urbanas fornece um terreno privilegiado à observação dos modos de vida e comportamentos. As modificações nas formações espaciais coletivas estão estreitamente ligadas às mudanças que se produzem na vida social das populações que ocupam espaços residenciais, e os novos modos de integração e organização expressam o dinamismo dos elementos que constituem a realidade espacial de uma aglomeração urbana.

No estudo de comunidades residenciais, grande parte das preocupações tem convergido para a relação existente entre comportamentos sociais e área geográfica, e para a análise da estrutura espacial das grandes aglomerações e sua organização, onde tem sido questionada a existência da relação entre um certo tipo de habitat e modos específicos de comportamento. Assim, na discussão da problemática da relação entre quadro e estilo de vida, duas séries de questões não equivalentes devem ser consideradas: a existência de comportamentos específicos à vida social local, e a

existência de uma unidade ecológica particular no seio das aglomerações (Castells, 1975).

A existência de um sistema de comportamentos específicos à vida social local supõe a existência de um habitat. Define-se, pois, pela base da habitação, isto é, a unidade de vizinhança que compreende as atitudes relativas à vizinhança e as relações sociais propriamente ditas.

A existência de uma unidade ecológica particular supõe, por sua vez, limites suficientemente nítidos e específicos. Uma unidade ecológica, ademais, pode definir-se como unidade de vizinhança, quarteirão, bairro, etc., conforme os diferentes critérios de divisão do espaço: econômico, geográfico, funcional, em termos de percepção ou do "sentimento de localidade".

Portanto, a ligação entre variáveis espaciais e sociais está ao centro de toda a problemática das comunidades residenciais. De um lado, constituem agrupamento à base da proximidade das habitações reunidas em um espaço determinado, o que indica que sua ligação com o espaço é imediata e fundamental. De outro, apresentam uma população estabelecida de maneira mais ou menos duradoura, o que indica que sua composição é também social (Ledrut, 1974).

Apresentando uma forma no espaço, as comunidades residenciais encontram-se estruturadas em diferentes níveis, cuja articulação depende da determinação do sistema urbano e que correspondem a diferentes critérios de divisão do espaço. Entre a unidade residencial e a coletividade urbana existem unidades intermediárias, ou unidades coletivas territoriais, onde se encontram determinados elementos morfológicos (edifícios, ruas, praças) que se definem como partes da estrutura espacial. As unidades coletivas territo -

riais correspondem, assim, a realidades coletivas e definem formas de agregação espacial, ou unidades urbanas, apresentando-se também como padrões de estruturação do espaço.

Como formas de agregação espacial, as unidades urbanas constituem elementos diferenciados da organização do espaço. Apresentam-se como um quadro urbano vivido e representado por seus habitantes, cujas bases estão estruturadas e onde os indivíduos se distribuem na estrutura social configurada pela distribuição espacial das habitações e dos equipamentos (Coing, 1966). Portanto, as unidades urbanas integram formas de sociabilidade existentes no interior de cada grupo e de cada sociedade global e, como unidades coletivas reais, definem agrupamentos.

O estudo de uma vila paulistana constitui uma tentativa de análise de uma unidade urbana, cujo aparecimento é resultante do processo de expansão da cidade de São Paulo, e que apresenta especificidades em nível local as quais se encontram articuladas no sistema urbano.

Uma vez que o termo "vila" pode corresponder a vários usos e sentidos,⁽¹⁾ impõe-se aqui a necessidade de explicar seu significado neste trabalho: aquele de uma unidade urbana surgida do processo espontâneo de desdobramento da cidade, especialmente integrada e delimitada, propondo-se para seus moradores como uma represen

(1) Cf. "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975), o termo vila corresponde a várias significações: povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade; conjunto de habitações independentes, em geral idênticas, e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por via de regra sem caráter de logradouro público; qualquer conjunto de casas que tenha características análogas às da vila, conforme o segundo sentido transcrito; casa ou habitação nas cercanias das cidades italianas; casa de habitação em geral de certo requinte, cercada de jardins.

tação territorial consciente e configurando relações sociais, modos de vida e comportamentos determinados.

O processo de crescimento da metrópole paulistana apresenta padrões de ocupação que caracterizam diferentes momentos ; do processo maior. Suas particularidades remetem à situação das condições mais gerais da formação econômico-social. Com a expansão urbana da cidade de São Paulo novas áreas de ocupação foram criadas pelo setor privado, através do loteamento de propriedades rurais situadas fora do perímetro urbano e que formavam o "cinturão de chácaras" dos arredores paulistanos. Esses núcleos - denominados "vilas", "parques", "jardins" - localizavam-se, portanto, na periferia do espaço já povoado da cidade e constituem o exemplo da ocupação desordenada do solo urbano movida pela especulação imobiliária, que caracterizou principalmente o período 30/40. Por outro lado, constituem novas "formas" de agregação das populações urbanas, pois dentro da dinâmica urbana sucedem-se os padrões de ocupação e modifica-se a paisagem urbana.

A área selecionada para a pesquisa foi "Vila Palmeira", situada no subdistrito da Freguesia de Nossa Senhora do Ó que, por sua vez, integra a Administração Regional da Freguesia do Ó. Os motivos de sua escolha foram:

- Vila Palmeira apresentar uma determinada configuração espacial, podendo constituir para seus moradores uma representação territorial consciente, e parecendo indicar a existência de elementos concretos baseados no senso comum que possibilitavam à investigação empírica, condições de reconstrução da realidade social;

- Vila Palmeira ter se originado do loteamento de uma pequena propriedade rural, efetuado ao final da década de 1920, apre

sentando-se, dessa forma, como área periférica ocupada em função do dinamismo do setor privado da economia;

- Vila Palmeira ter sido gradualmente incorporada à frente de urbanização contínua, constituindo exemplo de como se deu o processo de ocupação da margem direita do Rio Tietê, dos fundos de vales e planícies aluviais, sítios muitas vezes precariamente propícios à construção de habitações e frequentemente isolados por obstáculos naturais;

- Vila Palmeira estar situada em área onde a densidade demográfica acentuou-se, significativamente, no período de 50/60;

- Vila Palmeira apresentar-se, atualmente, como espaço integrante da metrópole;

- Vila Palmeira apresentar pequena dimensão territorial, o que não colocava obstáculos às limitações do pesquisador;

- a existência de conhecimento prévio da área.

Como unidade urbana, Vila Palmeira foi considerada em dois níveis de análise: em relação ao quadro de vida social territorialmente configurado; e em relação a sua característica de espaço integrante da metrópole, ou seja, meio urbano propriamente dito.

A incorporação desses diferentes níveis de análise exigiu o uso de uma técnica monográfica a fim de que pudessem ser apreendidas as relações entre a evolução de um quadro urbano e as reações do grupo por ele circunscrito.

Por outro lado, a técnica monográfica é adequada à observação de uma unidade urbana de pequena magnitude e relativamente homogênea, possibilitando a reconstrução do momento de sua formação, sua estruturação como unidade coletiva territorial, e a compreensão

são do papel que desempenha como meio urbano integrante do espaço da metrópole.

A reconstrução do processo de formação de Vila Palmeira po de remeter à detecção de peculiaridades e especificidades de uma forma de agregação espacial, cuja representatividade como unidade urbana vem a ser significativa como aspecto diferenciado do espaço social e das condições de existência de unidades coletivas territoriais.

As condições de sua estruturação como unidade coletiva podem demonstrar especificidades em nível local e suas relações com o sistema urbano do qual participa. . . O estudo de sua evolução como unidade urbana e o estudo das características de sua população constituem níveis de observação que possibilitam determinar os efeitos produzidos pelas mudanças do quadro material da existência e pela diferenciação de um grupo de habitantes.

A compreensão do papel que desempenha como meio urbano integrante do espaço da metrópole representa o resultado das obser - vações efetuadas mostrando as transformações do quadro de vida e os novos modos de comportamento.

Inicialmente o processo de investigação foi desenvolvido através de observações preliminares junto a moradores de Vila Pal- meira. Aproximadamente quinze entrevistas foram realizadas obten- do-se informações de caráter genérico e, sobretudo, determinando- -se a delimitação da área ocupada por Vila Palmeira. Os resulta- dos desse levantamento preliminar fundamentaram a elaboração dos instrumentos de coleta de dados primários e a determinação dos critérios de amostragem utilizados.

A seguir, procedeu -se o levantamento de dados sobre Vi-

la Palmeira junto a órgãos municipais e técnicos: Administração Regional da Freguesia do Ó, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, e a extinta Superintendência de Águas e Esgotos da Capital - SAEC.

Para o levantamento das habitações que comporiam a amostra foi efetuada uma listagem das unidades domiciliares, segundo o número e a natureza, a partir dos dados por quadra coletados junto à "Divisão de Cadastro Integrado da SAEC". Dessa forma foi possível determinar o número de unidades domiciliares residenciais, bem como aquele de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

O passo seguinte foi a delimitação do tamanho da amostra para selecionar as unidades domiciliares residenciais que seriam investigadas. Para isso, foi utilizado o critério estatístico da amostragem sistemática simples.

Aos moradores das 107 habitações selecionadas foi aplicado um formulário que visava a obtenção de dados sobre a família (composição, sexo, idade, local de nascimento, local de residência de parentes, procedência, grau de escolaridade, ocupação e renda), a habitação (condição de uso, tipo de uso, aluguel, local de residência do proprietário no caso das habitações alugadas, número de cômodos, tempo de permanência na moradia e condições gerais da habitação) e aos modos de vida em Vila Palmeira (deslocamentos em relação ao local de trabalho e condução utilizada, deslocamentos em função de compras e utilização de serviços, lazer, relacionamento comunitário, participação em associações locais, aspirações em relação a Vila Palmeira).

Foram também realizadas histórias de vida sistematizadas com doze moradores, escolhidos em função do tempo de fixação em Vila Palmeira; entrevistas com proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços; e entrevistas com dirigentes de associações locais, funcionários das escolas e profissionais liberais.

É possível que muitas das observações contidas neste estudo sejam próprias das condições particulares vividas em uma vila paulistana, cuja formação teve início há cerca de cinco décadas. Por outro lado, as características da evolução da metrópole podem estar refletidas em outras unidades urbanas semelhantes, cujas particularidades também sejam representativas do chamado "ethos" metropolitano.

Entretanto, do ponto de vista metodológico e de acordo com as justificativas acima enunciadas, o estudo de uma unidade urbana constitui uma estratégia para a apreensão de uma parcela da realidade urbana. Do ponto de vista prático e em função dos objetivos de uma dissertação de mestrado, oferece maiores facilidades ao trabalho de campo.

Vila Palmeira

I - UMA VILA PAULISTA: VILA PALMEIRA

Vila Pelmeira, a área escolhida para este estudo, é um dos trinta e um núcleos que se integraram à antiga Freguesia de Nossa Senhora do Ó e que, hoje, constituem o 4º Subdistrito da Cidade de São Paulo.⁽¹⁾

Portanto, torna-se necessário inicialmente descrever, de modo sumário, como essa porção da cidade de São Paulo foi incorporada ao espaço urbano da Capital.

1. A Expansão Urbana da Cidade de São Paulo e a Integração da Freguesia de Nossa Senhora do Ó.

O núcleo da Freguesia do Ó tem suas origens em antigo povoado do século XVII, que se desenvolveu em torno à capela dedicada a Nossa Senhora da Esperança, ou Nossa Senhora da Expectação,⁽²⁾ erguida por Manuel Preto em terras de sua sesmaria. A incorporação do atual 4º Subdistrito da Cidade de São Paulo ao processo de expansão urbana da Capital iniciou-se na década de 1920, com o aparecimento dos primeiros loteamentos correspondentes às áreas das antigas chácaras dessa parte dos arredores paulistanos. Portanto, até o início da expansão urbana além-Tietê, a Freguesia do Ó permaneceu territorialmente isolada; a única via de acesso existente era a "Estrada da Freguesia", ligação com a Água Branca e extensão do antigo "Caminho de Manuel Preto" da época colonial.

O ritmo da expansão urbana nessa porção setentrional da cidade, foi muito mais lento devido às dificuldades de contato colo-

(1) Planta Visiográfica da Região da Freguesia do Ó.

(2) Posteriormente, Nossa Senhora do Ó, pela invocação da Antífona à Virgem (Ó, Virgo...), Arquivo da Cúria Metropolitana.

çadas pelas constantes inundações da várzea do Tietê. A solução de continuidade existente na urbanização dessa área, tal como é possível observar pelo estudo evolutivo de São Paulo através de mapas e plantas, indica seu isolamento não só em relação à cidade propriamente dita, como também entre os próprios núcleos formados a partir das pequenas propriedades rurais das quais vieram a se originar as novas vilas periféricas.

As várzeas dos afluentes setentrionais do Tietê sempre sujeitas a inundações, os terraços e exíguas planícies aluviais "grosso modo oscilando entre 725/730m, a falta de níveis intermediários, os perfis abruptos e dissimétricos de colinas, outeiros e morros baixos, (em relação) às baixadas, terraços e patamares" (Ab'Saber, 1957: 103 e 109), colocavam-se como obstáculos naturais do próprio sítio, dificultando a implantação de vias de acesso. Assim, as ferrovias - fator de reorganização e expansão do espaço urbano - não beneficiaram diretamente a região da Freguesia do Ó (Langenbuch, 1971: 99), o que de certa forma também retardou sua incorporação ao processo de crescimento da cidade.

Conforme se observa na "Planta Geral da Cidade de São Paulo", de 1897 (organizada por Gomes Cardim), ao final do século XIX as ferrovias já se estendem ao longo da margem esquerda do Tietê, onde se estabelecem as primeiras indústrias. Na Água Branca, junto aos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, encontra-se a Fábrica de Cerveja Antarctica. Futuramente, o estabelecimento de indústrias na Lapa e Água Branca, áreas através das quais seria feito o acesso à Freguesia do Ó, viria a favorecer de forma indireta o desenvolvimento de certos núcleos localizados além-Tietê. À essa época registra-se o aparecimento dos núcleos isolados de Santa - na, ao Norte do Tietê, e da Freguesia do Ó, a Nordeste - o último

com proporções sensivelmente menos expressivas que o primeiro. A presença desses arruamentos separados entre si e da cidade propriamente dita constitui e manifestação de uma nova tendência que se esboçava e que caracterizaria as décadas seguintes: o desdobramento do espaço urbano, expandindo-se de forma difusa e interrompida sobre as áreas rurais contíguas, como resultado da especulação imobiliária (Langenbuch, 1971: 82 e 84).

Ao início do século, a Freguesia do Ó caracteriza-se por atividades rurais, onde se destaca a cultura da cana-de-açúcar e a produção da conhecida "Caninha-do-Ó". É indicada a existência de vários alambiques como aqueles das chácaras de João e Francisco Brito, Alfredo de Siqueira e Benedito Guedes de Oliveira⁽¹⁾ cujas propriedades dariam origem, respectivamente, aos loteamentos de Vila Brito, Vila Siqueira e Vila Palmeira. Os portos de areia constituem outra das atividades encontradas, registrando-se ainda aquelas ligadas à produção de couro. Na Água Branca, próximo aos trilhos da São Paulo Railway, encontram-se o Curtume da Água Branca e Fábrica de Vidros Santa Marina, de onde parte a via de acesso ao núcleo da Freguesia, segundo mostre a "Planta Geral da Cidade de São Paulo", de 1905 (organizada por Alexandre Marianno Coccoci e Luiz Fructuoso F. Costa).

Na segunda década do século, de acordo com a "Planta da Cidade de São Paulo", de 1914 (Comissão Geográfica e Geológica), Lapa e Água Branca encontram-se quase conurbadas. Na Freguesia

(1) Segundo Máximo Barro ("O Bairro da Freguesia do Ó", p.65), as propriedades da Freguesia do Ó, das quais se originaram as inúmeras vilas atuais, integravam as terras dos irmãos Antônio e Francisco Rodrigues de Siqueira, divididas a partir de meados do século XIX entre os oito herdeiros de Francisco e os seis herdeiros de Antônio (ligados às famílias Guedes, Oliveira, Simões, Brito, Penteado e Siqueira).

do Ó aparecem edificações esparsas ao longo da "Estrada para a Freguesia" (antigo "Caminho do Limão"), em direção ao Bairro do Limão onde se apresentam os primeiros sinais de ocupação. No limite leste da Freguesia, junto à várzea do Cabuçu de Baixo em sua porção quase próxima à foz no Tietê, destacam-se alguns pontos edificadas na área possivelmente correspondente à Chácara dos Brito. Partindo da "Olaria", estende-se para Oeste o caminho que leva às proximidades das oficinas da São Paulo Railway, na Lapa.

As porções integrantes da Freguesia do Ó permanecem como núcleos territorialmente isolados e separados do resto da cidade até o começo da década de 1920, apresentando-se como um vasto espaço não afetado pela expansão propriamente urbana da capital, mal provida de vias de acesso e com reduzido número de habitações - entre as quais se contam algumas remanescentes do "cinturão caipira". A "Planta Geral da Cidade de São Paulo", de 1922 (Prefeitura Municipal de São Paulo), mostra a Freguesia do Ó enquadrada no perímetro suburbano da cidade. O antigo núcleo paroquial apresenta pequeno traçado de ruas a partir do Largo da Matriz, e a "Estrada para a Freguesia do Ó" é uma das linhas limítrofes da zona suburbana de São Paulo.⁽¹⁾ É nessa época que aí principiam inúmeros loteamentos, formando-se as novas vilas periféricas caracterizadas pela função residencial.

A concentração do capital, em São Paulo, e a consequente expansão da economia urbana aceleraram o crescimento demográfico, estimulando as migrações internas e impondo a necessidade de ocupação de novas áreas, que se encontravam "disponíveis na periferia do espaço já povoado" (Azevedo, 1945). A absorção desses novos espaços é acionada pela "valorização fundiária, provocada de uma

(1) Segundo a Lei Municipal nº 2652, de 21 de setembro de 1923.

parte pela pressão exercida pela cidade sobre a periferia, e de outra parte grandemente ampliada pela especulação imobiliária " (Langenbuch, 1971: 137). Interferindo no crescimento da cidade, através da modificação das funções das áreas antigas, e provocando o deslocamento de sua população, a valorização artificial dos terrenos coloca as áreas periféricas como a única opção disponível a uma determinada camada da população que aí se fixa, fugindo aos altos aluguéis e buscando satisfazer a necessidade de habitar em casa própria. Portanto, a lógica do processo de expansão urbana da Capital, fora do âmbito propriamente urbano, está expressa na forma especulativa de ocupação do solo, com o aparecimento de um número exagerado de loteamentos, muitas vezes localizados em sítios não propícios, como encostas e baixadas, além de desprovidos de quaisquer serviços ou equipamento urbano. O crescimento da cidade constitui, assim, o reflexo dos processos de crescimento econômico, acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas, que transparecem "na forma de ocupação do solo urbano e nas condições de vida da população" (Cardoso, 1975: 45).

Cabe, aqui, acrescentar a observação sobre o fato de a especulação imobiliária representar não só a expressividade do setor privado da economia, como também a omissão do Poder Público no processo de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. A iniciativa particular participou da expansão urbana segundo seus interesses, sendo a responsável pelos desníveis entre a demanda e a oferta de serviços públicos, e pelo retardamento da ocupação efetiva através da compactação das áreas edificadas. Este último aspecto é bastante mencionado por diferentes autores, nos estudos sobre a urbanização da cidade de São Paulo, em relação ao procedimento comum de não se lotear áreas em continuidade, deixan

do-se vazios entre os loteamentos, a fim de que a implantação de vias de acesso, o estabelecimento de meios de transporte e a instalação de outros serviços públicos nas áreas já loteadas acionassem a valorização dos espaços intermediários. "Assim, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública" (Cardoso, 1975, p. 9). Também é a especulação imobiliária o fator a estimular "a proliferação desordenada e exagerada de loteamentos" (Langenbuch, pp. 132/135), tornando a oferta de terrenos maior que a demanda dos habitantes e assim dificultando a integração dos espaços ocupados.

A falta de planejamento do processo de expansão da Capital expressa, por sua vez, a ineficácia das leis municipais que regulamentavam os loteamentos, favorecendo a ocupação desordenada do solo urbano e a projeção da cidade em espaço de proporções superiores à demanda de seu crescimento. A Lei Municipal nº 2611, de 20 de junho de 1923, por exemplo, dispunha apenas sobre a necessidade de licença prévia para a abertura de vias de comunicação no perímetro oficial, estabelecendo as porcentagens de espaços livres de domínio público.⁽¹⁾ O Decreto-Lei Federal nº 58, de 10 de dezembro de 1937, transferia ao Poder Municipal a responsabilidade de regulamentação de loteamentos.⁽²⁾ A proibição de loteamentos não supridos por serviço público de água, que expressa maior preocupação do Poder Público quanto ao uso do solo, corresponderia a outro momento do processo de urbanização da Cidade de São Paulo.⁽³⁾

(1) Para vias públicas, em terreno de superfície igual ou maior que 40.000 m², 5% da área total em zona urbana; 7% da área total em zona suburbana; e 10% da área total em zona rural.

(2) "Estão obrigatoriamente sujeitos à prévia aprovação municipal todos os planos que não se refiram a aproveitamento industrial ou agrícola da terra."

(3) Lei Municipal nº 4965, de 20 de abril de 1956.

Também na Freguesia do Ó ocorreu a forma especulativa de ocupação do solo urbano. Em 1923,⁽¹⁾ surge o loteamento de Vila Albertina, contíguo ao antigo núcleo paroquial, realizado pela Companhia Predial⁽²⁾ em propriedade adquirida à Família Prado. Apesar da irregularidade do terreno, nota-se a preocupação -rara entre os loteadores de áreas periféricas - de que as ruas acompanhassem as curvas de nível.⁽³⁾ Os lotes eram de 600 m², enquanto em loteamentos vizinhos apresentavam, em geral, menores dimensões. Os nomes das ruas inspiravam-se nos bandeirantes, como por exemplo, Rua Antônio de Couros, "povoador seiscentista", ligação com a "Estrada para a Freguesia do Ó", e posteriormente limite entre as Vilas Albertina e Palmeira. A "Planta da Cidade de São Paulo, Arrabaldes de Terrenos Arruados", de 1924 (Comissão Geográfica e Geológica) não indica outros arruamentos além daquele ao redor do antigo núcleo paroquial da Freguesia; registra-se, no entanto, o aparecimento de outra via de acesso, ligando Nossa Senhora do Ó a Pirituba, a "Estrada para Pirituba".

Ao final da década de 1920, a Freguesia do Ó ainda permanece relativamente isolada. Persiste a solução de continuidade entre os poucos novos núcleos e as áreas urbanizadas aquém-Tietê, onde é evidente a conurbação. Na "Planta da Cidade de São Paulo", de 1929 (Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo), observa-se a ausência de compactação entre o núcleo da Freguesia e Vila Albertina; entre esta última e Vila Siqueira, arruamento que se inicia no Bairro do Limão, nota-se o vazio correspondente à propriedade de Benedito Guedes de Oliveira, que logo mais seria loteada dan-

(1) "Planta da Companhia Predial", 1923.

(2) No mapa "Chácaras e Arredores, Fazendas e Sítios de São Paulo" (Arquivo Aguirra, in "A Cidade de São Paulo", vol. I), a área da Freguesia do Ó, ou parte dela, é apresentada como propriedade da Companhia Predial, que também esteve presente em loteamentos na região de Santo Amaro.

(3) Barro, 1978.

do origem à Vila Palmeira; vê-se, ainda, ao norte do núcleo original, o arruamento de Vila Itaberaba, comunicando-se através da Rua Itaberaba (atual Avenida Itaberaba) com a "Estrada da Freguesia do Ó", e por meio desta com a Avenida Santa Marina e a Água Branca.

A maioria dos loteamentos da região da Freguesia do Ó constituiu-se no início da década de 1930, como as Vilas Bancária Munhoz, Brito, Carolina, Ramos e Soares, loteadas pelo Banco Munhoz, e as Vilas do Moinho Velho, Nova Cachoeirinha, Palmeira, Primavera, São Vicente e Jardim Russinho, entre outros. Conforme se observa no "Mapa Topográfico do Município de São Paulo", de 1930 (Sara-Brasil), apresentam-se como áreas onde os lotes demarcados são esparsos, a densidade de edificações é reduzida, e as ruas ainda não receberam denominação oficial.⁽¹⁾ Diga-se de passagem que nem todos os loteamentos eram registrados junto ao Poder Municipal, como foi o caso de Vila Palmeira. O aparecimento desses núcleos é representativo do processo de integração de áreas rurais contíguas, determinado pela expansão urbana da Capital, característica dos períodos 30/40 (Langenbuch, 1971: 131).

Segundo o "Guia Practico da Cidade de São Paulo", de 1930, o acesso ao núcleo da Freguesia do Ó era feito por duas linhas de bonde. Para Itaberaba, por exemplo, era necessário "tomar auto na Água Branca". A compactação entre os núcleos dessa área e a frente de urbanização contínua da margem esquerda do Tietê ainda se interrompia. Em 1935, partindo da Lapa e Água Branca, as primei-

(1) Os loteamentos de Vila Albertina e Vila São Vicente, por exemplo, tiveram arruamento oficializado ainda na década de 1930, respectivamente através dos Atos Municipais nº 9, de 5 de novembro de 1930, e nº 321, de 5 de março de 1932, enquanto em Vila Palmeira a oficialização das denominações de ruas dar-se-ia nas décadas de 50/60/70.

ras linhas de ônibus⁽¹⁾ vêm assegurar a ocupação urbana desses arredores imediatos da cidade, fazendo a ligação, respectivamente, com o Moinho Velho (então Piqueri) e Itaberaba (Langenbuch, 1971: 159). A atividade industrial também começa a se esboçar,⁽²⁾ apesar de se manter o caráter semi-rural com a cultura de hortaliças, legumes e frutas, e a pequena criação. Datam também desse período os primeiros serviços públicos.⁽³⁾ Portanto, a ocupação efetiva de trechos intermediários deu-se após a implantação da circulação rodoviária.

A "Planta de São Paulo e Arredores", de 1944 (Castiglione) mostra certas porções integrantes da Freguesia do Ó, como Vila Albertina, Chácara do Rosário e Vila Palmeira, localizadas fora da mancha urbana contínua. Apesar de persistir certa solução de continuidade entre loteamentos contíguos, como Vila Palmeira e Viles Carolina e Siqueira (Bairro do Limão), devido às constantes inundações do Rio Cabuçu de Baixo, as linhas de ônibus haviam integrado os loteamentos do Moinho Velho, Vila Itaberaba e Nova Cachoeirinha. Também foram assim incorporados pela expansão urbana os loteamentos de Jardim do Russinho, Vila Palmeira e Vila Primavera. É, pois, a partir da década de 1940 que se intensifica a ocupação efetiva das áreas intermediárias entre os núcleos dessa porção setentrional de São Paulo, até então relativamente isolada, e a cidade propriamente dita. Através da circulação rodoviária multiplicam-se as relações entre os núcleos da Freguesia e o Bairro da Lapa, que

(1) Entre as primeiras empresas de ônibus destaca-se a "Carrari", que permaneceu fazendo a linha Lapa-Freguesia até 1947, quando foi encampada pela Cia. Metropolitana de Transportes Coletivos (Barro, 1978).

(2) Ainda em meados da década anterior, estabelecia-se a Fábrica de Meias Lopes; em 1935, Laboratório Ida, e em 1938, Bucka Spiero (Barro, 1978).

(3) A caixa d'água do Largo da Matriz Velha foi inaugurada em 1936. A iluminação pública iniciou-se na década de 1940 (Barro, 1978).

já se estrutura como subcentro. A retificação do Rio Tietê foi outro fator que contribuiu para a compactação dessa área, pois condicionou a ocupação industrial da várzea à margem direita, facilitando seu acesso às linhas de ônibus. A "Planta do Município de São Paulo e Municípios Circunvizinhos", de 1949 (Belucci), registra a porção do Tietê já retificada,⁽¹⁾ entre o Bairro do Limão e a Freguesia do Ó. Observa-se também a presença de ligações entre os diferentes núcleos: Vila Itaberaba, Vila Áurea, Vila Portuguesa, Vila Amélia, Vila Primavera, Vila São Vicente, Vila Albertina e Cachoeirinha, entre outros.

De acordo com o Censo de 1920 (Recenseamentos Gerais do Brasil), a população do Subdistrito de Nossa Senhora do Ó totalizava 4.702 habitantes. Em 1934, a população era de 7.866 habitantes.⁽²⁾ Em 1940, o Censo do IBGE indica uma população de 13.322 habitantes e densidade demográfica de 383 h/km². Em relação à cidade de São Paulo, o crescimento do Subdistrito de Nossa Senhora do Ó é significativo, demograficamente, apenas entre os setores dos arredores paulistanos não servidos pela ferrovia radial (Langebuch, 1971:174). No entanto, entre 40/60,⁽³⁾ a taxa de crescimento demográfico de Nossa Senhora do Ó, 904%, situa-a entre as oito unidades territoriais comparáveis da cidade de São Paulo que registraram crescimento superior a 550%,⁽⁴⁾ enquanto as menores taxas foram registradas em subdistritos de menor densidade (Wilhelm, 1965: 15 e 16).

(1) Trecho com extensão de 2.300 m, executado entre 1943/1944 pela "Comissão de Melhoramentos do Rio Tietê.

(2) In "A Cidade de São Paulo," vol. III, p. 209.

(3) Segundo o Censo Demográfico de 1950 (IBGE) a população total do Subdistrito de Nossa Senhora do Ó era de 51.012 habitantes. No Censo de 1960 (IBGE), a população total registrada era de 133.712 habitantes.

(4) As outras unidades territoriais comparáveis são: Vila Maria (553%), Tucuruvi (568%), Vila Prudente (571%), Vila Matilde (576%), Santo Amaro (623%), Pirituba (711%) e Ibirapuera (1.229%) (Langebuch, 1971: 253).

Na década de 50 a criação de loteamentos industriais na margem direita do Tietê, entre a linha de transmissão da Light e a futura avenida marginal, vem conferir nova função aos espaços ainda não preenchidos da várzea, ocorrendo consequentemente a valorização das áreas residenciais já existentes e maior densidade de edificações. A "Planta da Cidade de São Paulo", de 1952 (Companhia Melhoramentos), mostra a integração dos vários loteamentos e maior ocupação nas proximidades da Avenida Nossa Senhora do Ó. Em meados da década, segundo o Levantamento Aerofotogramétrico da Cidade de São Paulo (1954, Vasp-Cruzeiro do Sul), nota-se a compactação entre os vários núcleos e a presença das várzeas inundáveis do Rio Cabuçu de Baixo dificultando a conurbação entre Vila Palmeira, à sua margem direita, e Vila Carolina, à margem esquerda.

Na década de 1960 desenvolvem-se efetivamente os núcleos residenciais da Região da Freguesia do Ó, que se integra definitivamente à metrópole superadas as condições de isolamento presentes em seu processo de expansão e que, em certo sentido, conferiam-lhe um caráter de área periférica.

No início dos anos 70, a presença de grandes indústrias na Avenida Marginal (Avenida Otaviano Alves de Lima) e as obras de retificação, canalização e urbanização das Bacias do Rio das Pedras e Rio Cabuçu de Baixo, para implantação de rede de esgotos e ligação de água com a rede geral, constituem os grandes elementos de modificação da paisagem urbana. Por outro lado, a compactação da área edificada na Freguesia do Ó e seu crescimento em direção aos primeiros contrafortes da

Serra da Cantareira, anteriormente zona rural, expressam um adensamento de população⁽¹⁾ indicativo de maior demanda de serviços de infra-estrutura e de equipamento urbano, que se registra não apenas em Nossa Senhora do Ó, mas também naquelas áreas da metrópole comparáveis⁽²⁾ em relação às condições de expansão urbana, crescimento demográfico e integração ao espaço metropolitano.

No processo de expansão urbana da cidade de São Paulo, a estruturação da região da Freguesia de Nossa Senhora do Ó apresenta diferentes momentos. De pequeno povoado (ou freguesia) surgido no século XVII, caracterizar-se-ia em meados do século XIX pelos sítios e fazendas do "cinturão caipira", onde se praticava o cultivo de subsistência mencionados nos relatos dos viajantes (Langenbuch, 1971). Na década de 1920, Nossa Senhora do Ó integra a área suburbana da cidade, conforme anteriormente mencionado. É quando se iniciam o desmembramento das propriedades, que compunham o "cinturão de chácaras" desses arredores paulistanos imediatos, e a formação das novas vilas periféricas.

Segundo as leis referentes à fixação do perímetro urbano do Município de São Paulo, os núcleos isolados da freguesia do Ó constituíam nos anos 30 parte integrante da "terceira zona de área urbana", enquadrando-se alguns

(1) Segundo o Censo de 1970 (IBGE), o Subdistrito de Nossa Senhora do Ó registra uma população total de 141.109 habitantes, densidade demográfica de 119/h/km² e taxa de urbanização de 98,48%.

(2) Por exemplo, Pirituba e Brasilândia.

deles também à zona rural.⁽¹⁾ Na década de 1940, parte da Freguesia do Ó integra a zona urbana,⁽²⁾ e parte a zona suburbana,⁽³⁾ pois à maioria dos núcleos faltavam os melhoramentos públicos necessários para que se equiparassem à "terceira subdivisão da zona urbana do município".⁽⁴⁾

Em 1940, a Freguesia de Nossa Senhora do Ó constitui o 29º Distrito de Paz da Cidade de São Paulo. Em 1956, é instituída a Subprefeitura de Nossa Senhora do Ó.⁽⁵⁾ Em 1966, cria-se a Administração Regional de Nossa Senhora do Ó, com a incorporação ao Sub

(1) De acordo com o Acto nº 1057, de 7 de abril de 1936, que fixa os limites do Município de São Paulo "...Artigo 2º, letra c - 3a. zona - ...desce ... pelo Córrego Mandaquí até a rua Zilda (n.o.), (alto da Casa Verde), rua Stella (n.o.), em toda a extensão desembocando na estrada da Cachoeira a qual segue na direcção Sul até a estrada do Piquery de Baixo (ou da Balsa), seguindo por esta até encontrar a rua Bartholomeu do Canto, rua Antonio de Couros (na Freguesia do Ó - arruamento da Villa Albertina), segue por esta até encontrar a rua Paschoal da Costa, por esta até defrontar com a rua Francisco Pedro Xavier, rua Manuel de Moraes Novarro, rua Javorahu (n.o.), atravessando a rua Itaberaba, segue pelo caminho que liga esta rua à rua Professor Machado, e pelo caminho que constitue um prolongamento dessa rua numa extensão approximada de 800 metros onde attinge um caminho, pelo qual vae até a linha de transmissão da Light, seguindo por esta linha de transmissão em direcção Oeste até a estrada de Ferro S.P.R., por esta na direcção Sul, até a margem do rio Tietê... § 1º - A area comprehendida entre os limites da terceira zona e os do Município constitue a zona rural. § 2º - Pertencem também a terceira zona do perímetro urbano, para effeitos fiscaes e de policia, os immoveis situados nas povoações do Município não abrangidas pelas linhas perimetricas deste artigo, desde que sejam servidos por algum dos seguintes melhoramentos: illuminação publica, bondes, exgottos, abastecimento de agua, calçamento e guias para passeio."

(2) Decreto-Lei nº 25, de 30 de março de 1940, cf. Transcrito no artigo segundo, letra c do Acto nº 1057 de 1936.

(3) Idem: "...Rio Guaraú, até a foz no Cabuçu de Baixo, desce por este até estrada em direcção Oeste, até outra estrada junto a Capella de Itaberaba, e dahi em linha reta, 140m, até córrego sem nome affluente do Rio Verde".

(4) Decreto nº 78, de 18 de fevereiro de 1941: "fica equiparada à terceira subdivisão da zona urbana do Município, a que se refere o artigo 2º, letra c, do Acto 1057, de 7 de abril de 1936".

(5) Decreto Municipal nº 3270, de 29 de janeiro de 1956.

distrito do Ó⁽¹⁾ dos subdistritos de Vila Nova Cachoeirinha, Brasilândia, Limão e Casa Verde. Em 1972,⁽²⁾ estabelecem-se os limites da área administrativa da Região da Freguesia do Ó.

A região da Freguesia do Ó é integrada por mais de 150 núcleos⁽³⁾ - "vilas", "parques", "jardins" são as denominações correspondentes às áreas dos antigos loteamentos; e apresenta uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, distribuída em uma área de 65 km², com densidade de 8.230 h/km².⁽⁴⁾

2. A Formação de Vila Palmeira

O processo de formação de Vila Palmeira faz parte do próprio processo de ocupação das áreas periféricas disponíveis que, como resultado da expansão urbana da cidade de São Paulo, incorpo-

- (1) "O 4º Subdistrito de Nossa Senhora do Ó começa na foz do Córrego da Cachoeirinha, no Rio Cabuçu de Baixo, pelo qual desce até sua foz no Rio Tietê, seu limite ao Sul. Suas divisas localizam-se entre o 31º Subdistrito de Pirituba; o 40º Subdistrito de Vila Brasilândia; o 48º Subdistrito de Vila Nova Cachoeirinha; o 44º Subdistrito do Limão; e o 14º Subdistrito de Lapa. É integrado por vários núcleos, vilas e jardins: Freguesia do Ó, Jardim Cachoeira, Jardim Marília, Jardim Monjolo, Jardim São Marcos, Parque Monteiro Soares, Parque São Luís, Vila Albertina, Vila Amélia, Vila América, Vila Arcádia, Vila Bancária Munhoz, Vila Bracaia, Vila Brito, Vila Cavatton, Vila Cruz das Almas, Vila Domilice, Vila Elisabete, Vila Hebe, Vila Iório, Vila Itaberaba, Vila Júlio César, Vila Linderlândia, Vila Moinho Velho, Vila Nossa Senhora Aparecida, Vila Marina, Vila Palmeira, Vila Primavera, Vila Ramos, Vila São Vicente e Vila Timóteo". (Estudo Monográfico da Área Administrativa da Região da Freguesia do Ó, Unidade de Desenvolvimento Comunitário, Administração Regional do Ó, Prefeitura do Município de São Paulo, 1976).
- (2) Decreto Municipal nº 10.137, de 15 de setembro de 1972: "ao Norte, os municípios de Caieiras e Mairiporã; ao Sul, a Administração Regional da Lapa; a Leste, a Administração Regional de Santana; e a Oeste, a Administração Regional de Pirituba".
- (3) Gazeta de Itaberaba, Ano II, nº 59, 1976.
- (4) Estudo Monográfico da Área Administrativa da Região da Freguesia do Ó, 1976.

rou áreas rurais contíguas. Na região da Freguesia do Ó, onde se inscreve Vila Palmeira, o loteamento de terras correspondentes às propriedades do "cinturão de chácaras" iniciou-se em 1920, caracterizando principalmente os períodos de 30/40 e dando origem às inúmeras vilas que hoje integram essa porção setentrional da metrópole. As vilas que circundam Vila Palmeira e hoje constituem seus limites - Vila Carolina, Vila Brito, Chácara do Rosário, Vila Albertina, Jardim São Marcos, Parque Monteiro Soares, Jardim do Rusinho e Vila Josefina⁽¹⁾ - originaram-se no mesmo período.

O loteamento de Vila Palmeira iniciou-se em meados da década de 1920, e o ano de 1929 é mencionado pelos primeiros moradores como a data em que para lá se mudaram. Foi realizado por Antonio Moraes Pinto, descrito como "um vendedor de terrenos que tinha escritório no centro, na rua Florêncio de Abreu", que adquirira grande parte da propriedade de Benedito Guedes de Oliveira,⁽²⁾ "um sitiante que trabalhava na enxada". Na "Chácara dos Guedes" as atividades existentes eram a horticultura, a "fruticultura", ou melhor pomares de caquis, laranjas e peras, a pequena criação e o cultivo da cana-de-açúcar; indica-se ainda a presença de um alambique, cujo produto era vendido ao começo da ocupação da área no "Armazém dos Irmãos Jacó", situado no largo à entrada de Vila Palmeira (que hoje cedeu lugar à nova avenida). Diz-se, também, que Benedito Guedes de Oliveira reservou-se parte de sua propriedade, que posteriormente veio a lotear, na porção próxima ao Rio Cabuçu, hoje Rua Benedito Guedes de Oliveira.

Como o loteamento não teve registro à época, junto a Prefeitura de São Paulo, foi impossível a obtenção de sua planta ori

(1) Ver Planta Visiográfica nº 1.

(2) Ver nota sobre a origem das propriedades na Freguesia do Ó.

ginal, bem como de outros dados - valor pelo qual foi adquirida a área, superfície e limites da propriedade de Benedito Guedes de Oliveira, superfície da área adquirida por Antônio Moraes Pinto, data da compra, etc. Segundo a "Planta da Companhia Predial", de 1923, relativa ao loteamento vizinho de Vila Albertina, a propriedade deste último era lindeira à propriedade de João e Francisco Brito ("Chácara dos Brito") e a Vila Albertina.

A primeira vez que Vila Palmeira está presente em plantas da cidade de São Paulo é em 1930, no "Mapa Topográfico do Município de São Paulo". Apresenta-se como um loteamento estruturado em xadrez, limitado a leste pelo Rio Cabuçu de Baixo⁽¹⁾ e com redução da densidade de edificações - característica aliás já citada para esse período em relação a toda a área da Freguesia do Ó. Nenhuma de suas ruas recebeu denominação oficial. Ainda é esparsa a demarcação de lotes, que mediam 10m de frente por 30m de fundo. No entanto, em relação aos núcleos vizinhos, como Itaberaba, Vila São Vicente e Vila Portuguesa, Vila Palmeira mostra maior ocupação. Outro aspecto observado é aquele da existência de edificações recuadas, muitas delas possivelmente origem de residências coletivas - cujo número é, hoje, bastante significativo, como será demonstrado em outra parte deste trabalho; os primeiros moradores informam, também, sobre a compra de lotes contíguos por membros de uma mesma família, e muitas vezes indicaram como vizinhos, irmãos, filhos ou sobrinhos.

No processo de formação de Vila Palmeira duas questões se propõem: a primeira relaciona-se às razões que levaram ao lotea-

(1) A presença do Rio Cabuçu, sujeito a constantes inundações foi marcante na evolução de Vila Palmeira, como se verá. Segundo João Mendes de Almeida (Diccionario Geographico da Provincia de São Paulo, 1902), Cabuçu é corruptela do nome tupi, Guaá-buçu, significando "enseada larga" ou "alagadiço".

Villa S. Vicente

Vila Palmeria

Villa A. Berrina

Vila Palmeria
1930
Mapa Topográfico
do Município de
São Paulo
(SARA-BRASIL)
ESCALA 1:5000 (reduzido)

mento da Chácara dos Guedes; a segunda refere-se aos motivos que conduziram uma determinada população a escolher Vila Palmeira como local de moradia.

A primeira questão implica razões de caráter mais genérico, ao nível da estruturação da cidade de São Paulo. A expansão demográfica da capital, que no princípio dos anos 30 já caminhava para um milhão de habitantes, e as migrações campo-cidade, condicionadas pela crise econômica, constituem os principais fatores ⁽¹⁾ a provocar o deslocamento de populações para as áreas periféricas ⁽²⁾ - única opção disponível face à valorização artificial das áreas já urbanizadas. O crescimento demográfico expressa, sobretudo, o aumento de um mercado potencial: aquele do consumidor dos novos espaços loteados pelo setor privado da economia. A especulação imobiliária é, portanto, a grande razão que determinou a formação de Vila Palmeira. Observe-se, ademais, que à época em que se iniciaram os loteamentos na região da Freguesia do Ó, a população aí registrada era pouco significativa; o crescimento demográfico nas décadas posteriores decorreu da formação dos novos núcleos. Por outro lado, a baixa densidade de edificações e a demo

(1) Outros fatores apontados como causas do desenvolvimento da área suburbana, como o aumento de impostos territoriais (A.R. Penteado, "A Cidade de São Paulo", vol. IV, pp. 8/9), não se colocam para Vila Palmeira ou para região de Nossa Senhora do Ó. No período de 1916-1940 não existem posturas municipais relativas a aumento de impostos territoriais na área; outras informações buscadas não indicam a existência de leis estaduais ou federais que pudessem ter onerado tributariamente as pequenas propriedades do "cinturão de chácaras" desses arredores imediatos da cidade.

(2) "A explosão demográfica correspondeu uma espécie de antiexplosão territorial, com a cidade forçando-se a abrigar-se sob o seu comando aqueles focos de população de formação tradicional e áreas respectivas. Sob tão forte influência, mesmo aquela parte da serra da Cantareira prejudicada por barreiras difíceis (a topografia severa e a inundável várzea do Tietê), foi aproveitada". (Saia, 1972: 243).

ra na compactação entre as diferentes vilas que integram a Freguesia do Ó são representativas de outro aspecto manifesto na especulação imobiliária - a oferta de lotes superior à demanda de habitantes⁽¹⁾ que já se mencionou anteriormente.

A segunda questão - os motivos que conduziram à escolha de Vila Palmeira como local de moradia - relaciona-se à sua posição como área periférica, onde se fixa uma determinada população de baixa renda,⁽²⁾ que foge aos altos aluguéis das áreas mais antigas, buscando a possibilidade de habitar em casa própria - estratégia de sobrevivência que confere à vila função nitidamente residencial. A proximidade do núcleo da Freguesia do Ó, de certa forma já estruturado, e da Avenida Santa Marina, via de acesso direto à Água Branca, são razões imediatas que combinadas ao baixo preço dos terrenos levaram à escolha de Vila Palmeira como local de fixação.

O baixo preço dos terrenos era característica de toda a região da Freguesia do Ó. O Decreto Municipal nº 129, de 2 de outubro de 1918, registra a compra pela Prefeitura do Município de São Paulo de uma área de 9.591 m², no "Sítio do Rosário" (ou Chácara do Rosário, limite de Vila Palmeira a sudeste), por 9 591\$000, ou 1 000\$ o m². A Lei Municipal nº 3350, de 24 de julho de 1929, refere-se à compra, também pela Prefeitura, de terreno em Vila Albertina, com área de 70. 270 m², por 460 000\$000, ou cerca de 6 500\$ o m². A valorização registrada no período intermediário das duas posturas municipais citadas é reveladora da especulação imobiliária que já atingia os núcleos que se formavam em Nossa

-
- (1) Bastante comentado e presente em inúmeras impressões de via - jantes é o fato de ter a cidade de São Paulo se estendido desmesuradamente além do espaço necessário e "funcionalmente conveniente" (Langenbuch, 1971: 83), aspecto de seu crescimento que também é abordado por urbanistas (Wilheim, 1965; Saia, 1972).
- (2) Conforme mencionam Langenbuch (1971), Azevedo (1945), Cardoso (1975) e Penteado (1954).

Senhora do Ó. A escritura de doação de terreno, para a construção da Igreja de Vila Palmeira, feita por Antonio Moraes Pinto e sua mulher, Isabel Cerquinho de Moraes Pinto, e datada de 15 de dezembro de 1932, menciona o valor de 5000 000\$000 para uma área de 1.788 m² correspondente à quadra nº 9 (lotes 15, 29, 30, 31 e 32), o que equivale a aproximadamente 2 800\$ o preço do m². Todos esses valores correspondem ao valor venal dos terrenos. Note-se, ainda, que o terreno doado para a edificação da capela que deu origem à Igreja de São José de Vila Palmeira situava-se em local alagadiço, onde existia um pequeno curso d'água afluente do Cabuçu. Portanto, a situação de Vila Palmeira, perto do Rio Cabuçu de Baixo e enquadrada na porção da Freguesia do Ó à época localizada no perímetro rural do município, é responsável pelo menor valor dos lotes em relação à Vila Albertina, por exemplo.

Segundo as informações dos primeiros moradores, os lotes em Vila Palmeira ao início dos anos 30 custavam entre 2 000\$000 e 2 800\$000 (respectivamente cerca de 6 000\$ e 9 000\$ o m²), de acordo com a localização dos terrenos, próximos à várzea do Cabuçu, situados mais distantes do rio, ou nos pontos mais elevados. Cita-se o fato de certos lotes terem custado 1 500\$000, pois, "durante a crise muitos prestamistas deixaram de pagar seus terrenos", que foram resgatados por pessoas já residentes em Vila Palmeira. Também se conta sobre a possibilidade de troca de lotes pelos compradores, através da própria companhia imobiliária: certos lotes localizados próximos à várzea do Cabuçu foram trocados por outros melhor localizados, apesar de os proprietários já terem iniciado a construção de suas casas. Isto constitui indicação bastante clara de oferta de lotes superior à demanda de habitantes, dentro da própria Vila.

O Cadastro Imobiliário de São Paulo, de 1937/1938, indica

o preço de 8 000\$ o m², como o menor valor imobiliário registrado para terrenos⁽¹⁾ na cidade de São Paulo. Através do Cadastro Imobiliário é possível comprovar-se o valor bastante superior dos imóveis aquém-Tietê, permitindo a conclusão de que Vila Palmeira foi escolhida como local de moradia por uma população de baixa renda procedente de áreas valorizadas pela especulação imobiliária. Lapa, Pompéia, Água Branca, Barra Funda, Bom Retiro e Brás - as áreas da cidade mencionadas como procedência dos primeiros moradores - são bairros onde o menor valor imobiliário registrado, 15 000\$ o m², era bastante superior àquele encontrado em Vila Palmeira; e onde o maior valor registrado, 50 000\$ o m², correspondia a certos trechos de ruas caracterizadas pelas funções industrial, comercial ou de serviços.

Ao início de sua formação Vila Palmeira caracterizava-se, pois, como área periférica, onde o preço dos terrenos era acessível a uma população de baixa renda, traços peculiares a tantos outros loteamentos da região da freguesia do Ó. A proximidade da Lapa, cuja estruturação como subcentro se esboçava, e da Água Branca, onde desde o início do século já se definia uma função industrial, oferece condições que a privilegiam, em certo sentido, em relação a outros núcleos que também se formavam como resultado da expansão urbana da cidade de São Paulo.

(1) No caso, terrenos localizados em Vila Maria e Vila Uberabinha (hoje integrada ao Bairro de Moema.) Os maiores valores imobiliários encontram-se no Centro, Vila Buarque, Consolação, Santa Ifigênia e Brás.

**II - A ESTRUTURAÇÃO DE VILA PALMEIRA
COMO UNIDADE COLETIVA**

1. As Características da População

No processo de formação e ocupação de Vila Palmeira, foi uma constante o deslocamento de populações procedentes não só de áreas mais antigas e valorizadas da cidade de São Paulo, como também do próprio interior do Estado de São Paulo, registrando-se ainda alguns imigrantes europeus, principalmente portugueses. Esse primeiro contingente populacional fixou-se nessa vila periférica buscando melhores condições de vida, representada pela possibilidade de residir em casa própria, e hoje constitui um grupo de certa forma homogêneo e diferenciado daquele formado por indivíduos chegados posteriormente.

Analisando os dados relativos ao local de nascimento da população que compõe a amostra (conforme demonstra a Tabela I), apresenta-se significativa a frequência de 47,6% dos nascidos na cidade de São Paulo. Em geral, os indivíduos dessa categoria são provenientes dos bairros da Lapa, Pompéia, Água Branca, Barra Funda, Brás, Bom Retiro, de outras vilas integrantes da Freguesia do Ó e de bairros vizinhos, como Casa Verde e Limão.

Também é expressiva a porcentagem dos nascidos no interior do Estado de São Paulo, 27,7%, em relação ao conjunto dos nascidos em estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Quanto aos nascidos em áreas rurais, a frequência relativa ao interior do Estado de São Paulo é significativamente maior do que aquelas para os estados das regiões Nordeste e Sudeste.

Esses dados enfatizam a situação da cidade de São Paulo, no período de 30/60, como pólo de atração dos deslocamentos internos de população, e adquirem maior significação quando se anali-

LOCAL DE NASCIMENTO
- DA POPULAÇÃO

Local de Nascimento	Zona Urbana	Zona Rural	Total	
			N	%
Cidade de São Paulo	238	8	246	47,6
Interior do Estado de São Paulo	60	83	143	27,7
Nordeste	35	17	52	10,0
Sudeste	24	12	36	6,9
Sul	4	4	8	1,6
Outros Países	26	1	27	5,2
Não Declara	5	-	5	1,0
Total	N	392	125	517
	%	75,8	24,2	100,0

Observações:

Cidade de São Paulo: 96,7% nascidos em zona urbana
3,3% nascidos em zona rural

Interior do Estado de São Paulo : 42,0% nascidos em zona urbana
58,0% nascidos em zona rural

Nordeste : 67,3% nascidos em zona urbana
32,7% nascidos em zona rural

Sudeste : 66,7% nascidos em zona urbana
33,3% nascidos em zona rural

Sul : 50,0% nascidos em zona urbana
50,0% nascidos em zona rural

Outros Países : 96,3% nascidos em zona urbana
3,7% nascidos em zona rural

LOCAL DE NASCIMENTO E IDADE DA POPULAÇÃO

LOCAL DE NASCIMENTO IDADE	CIDADE DE SÃO PAULO			VILA PALMEIRA			INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO			OUTROS ESTADOS			OUTROS PAÍSES			TOTAL N
	G ₁	G ₂	Total	G ₁	G ₂	Total	G ₁	G ₂	Total	G ₁	G ₂	Total	G ₁	G ₂	Total	
0 - 5	-	16	16	-	19	19	-	3	3	-	2	2	-	-	-	40
5 - 10	-	16	16	-	29	29	-	4	4	-	8	8	-	-	-	57
10 - 15	-	24	24	-	17	17	-	7	7	-	7	7	-	-	-	55
15 - 20	1	21	22	-	12	12	1	21	22	2	9	11	-	-	-	67
20 - 25	5	19	24	1	5	6	2	18	20	8	5	13	-	-	-	63
25 - 30	5	7	12	-	2	2	4	5	9	7	2	9	1	2	3	35
30 - 35	8	1	9	4	2	6	8	1	9	16	1	17	3	-	3	44
35 - 40	6	1	7	-	2	2	10	4	14	7	-	7	2	-	2	32
40 - 45	6	-	6	2	-	2	15	1	16	4	-	4	-	-	-	28
45 - 50	5	1	6	-	-	-	12	-	12	4	-	4	5	-	5	27
50 - 55	3	1	4	-	-	-	8	-	8	3	-	3	3	-	3	18
55 - 60	1	1	2	-	-	-	9	-	9	4	-	4	2	-	2	17
60 - 65	1	-	1	-	-	-	8	-	8	2	-	2	1	-	1	12
65 - 70	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	2	4	-	4	7
75 - 80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
80 - 85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAIS N	43	108	151	7	88	95	79	64	143	62	34	96	25	2	27	512
%(.)	28,5	71,5	100,0	7,3	92,7	100,0	55,2	44,8	100,0	64,6	35,4	100,0	92,6	7,4	100,0	
TOTAL %(..)	29,5			18,5			28,0			18,7			5,3			100,0

Observações:

G₁ - Considerados os membros mais velhos da família nuclear e da família ampliadaG₂ - Considerados os membros mais novos da família nuclear e da família ampliada

A família nuclear representou 77,6% dos casos.

A família ampliada representou 22,4% dos casos.

(.) % em relação à frequência no grupo

(..) % em relação ao total da frequência na classe

5 pessoas não declararam local de nascimento.

sa ao mesmo tempo a idade da população e o local de nascimento, onde se inclui Vila Palmeira como uma das categorias.

Analisando a Tabela 2, verifica-se em relação aos nascidos em Vila Palmeira, a grande expressividade do grupo formado pelos membros mais novos, na faixa etária até 20 anos, cuja frequência é de 92,7%, característica que também se repete para os nascidos na cidade de São Paulo, 71,5%, e que não se observa para o "Interior do Estado de São Paulo" e "Outros Estados." Em relação a estas duas últimas categorias, as maiores frequências são relativas ao grupo formado pelos membros mais velhos, representando o contingente populacional integrado a partir da década de 60, quando ocorrem os grandes movimentos de migração para a capital.

A categoria dos nascidos em outros países apresenta pouca significação (5,2%), em relação ao conjunto das demais categorias que compõem a Tabela 2. Entretanto, a frequência de 92,6% para o grupo formado pelos membros mais velhos, com idade acima de 45 anos, é bastante expressiva. Como os grandes fluxos de imigração estrangeira para a cidade de São Paulo são anteriores ao processo de formação de Vila Palmeira, a presença de imigrantes estrangeiros aí fixados é resultado não só do deslocamento rural-urbano que se seguiu à crise econômica de 1930, como também dos movimentos intra-urbanos de população. Além disso, não se registrou na população da amostra qualquer evento onde o último local de moradia se referisse a outros países.

Considerando a variável referente ao tempo de fixação em Vila Palmeira (Gráfico 1), percebe-se inicialmente que a menor frequência situa-se no intervalo onde se encontra o tempo médio de fixação, 12,5 anos. Em relação aos intervalos de tempo, verifica-se a predominância daqueles fixados mais recentemente pela maior frequência nos intervalos de 0 a 9 anos, destacando-se aqueles es

Tempo de Fixação dos Moradores em Vila Palmeira

$\bar{x} = 12,50$ anos

$s = 9,10$ anos

ÚLTIMO LOCAL DE MORADIA TEMPO DE FIXAÇÃO NA VILA (ANOS)		C I D A D E D E S Ã O P A U L O						MUNICÍ-PIOS DA GRANDE SÃO PAULO	INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO	OUTROS ESTADOS	TOTAL
		VILA PALMEIRA	VILAS PRÓXIMAS	BAIRROS VIZINHOS	LAPA POMPEIA ÁGUA BRANCA	BARRA FUNDA BOM RETIRO BRÁS	OUTROS BAIRROS				
0 — 3		3	4	2	3	1	-	4	3	-	20
3 — 6		1	4	2	1	1	-	-	2	1	12
6 — 9		8	1	-	1	-	1	-	2	1	14
9 — 12		7	-	-	1	1	-	1	-	-	10
12 — 15		2	1	-	-	-	-	-	-	1	4
15 — 18		2	2	1	1	-	1	-	-	-	7
18 — 21		2	1	2	-	-	-	-	-	1	5
21 — 25		10	-	-	2	2	1	-	3	1	19
+ de 25		5	1	-	2	-	1	-	-	-	9
NÃO DECLARA		3	1	-	2	-	-	-	-	-	6
T O T A L	N	43	15	7	13	5	4	5	10	4	106 100,0
	%	40,6	14,2	6,6	12,3	4,7	3,7	4,7	9,5	3,7	

Observações: % significa porcentagem em relação à frequência na classe.

Registraram-se 10 eventos, onde o último local de moradia coincidia com o local de nascimento do chefe da família, na categoria "Interior do Estado de São Paulo"; 2 eventos, na categoria "Outros Estados"; 2 eventos, em "Vila Palmeira"; 2 eventos, em "Vilas Proximas"; e 1 evento, em "Bairros Vizinhos".

Registrou-se um(1) evento, onde não é declarado tempo de fixação, nem ultimo local de moradia; daí, N=106 (e não 107). Em "Vilas Proximas" estão incluídos: Vila Nova Cachoeirinha, Bonilha, Carolina, Bancaria, Seminário, Itaberaba e o núcleo da Freguesia do O.

Em "Outros Bairros" estão incluídos: Tatuapé, Vila Mariana, Cidade Dutra e Santana.

Em "Municípios da Grande São Paulo" estão incluídos: Embu, Taboão, Osasco, Itapevi, Jandira.

Em "Bairros Vizinhos" estão incluídos: Pirituba, Limão, Casa Verde.

tabelecidos há menos de três anos. Conforme indicado pelos moradores mais antigos, esses indivíduos compõem a "gente nova", representando o contingente fixado a partir de meados dos anos 60. A significação das freqüências dos dois últimos intervalos sugere por sua vez, a estabilidade da população fixada antes da integração definitiva de Vila Palmeira à cidade de São Paulo.

A Tabela 3, relativa ao tempo de fixação em Vila Palmeira em relação ao último local de moradia, é indicativa da estabilidade da população. Vila Palmeira foi apontada em 40,6% dos casos como último local de moradia, o que sugere mudanças de domicílio dentro da própria vila. A categoria "Vilas Próximas" refere-se a vilas que integram os subdistritos do Limão e da Freguesia do Ó, compreendidos em "Bairros Vizinhos". A soma das freqüências dessas duas categorias, 20,8%, expressa o significado dos deslocamentos dentro da própria região da Freguesia. Verifica-se em relação ao interior do Estado de São Paulo, que o último local de moradia coincide com o local de nascimento do chefe da família, em todos os casos registrados. Comparada às freqüências encontradas para os deslocamentos intra-urbanos, esta última categoria é, em si, expressiva quando se excluem da comparação as freqüências relativas a Vila Palmeira, Vilas Próximas e Bairros Vizinhos.

A análise dessas três primeiras tabelas demonstra a existência de dois grupos diferenciados, estabelecidos em diferentes momentos do processo de ocupação de Vila Palmeira; a "gente nova" e os "moradores antigos".

A história do Sr. Pedro (73 anos) ilustra bem a existência de um grupo homogêneo e diferenciado formado pelos moradores antigos, que se fixou em Vila Palmeira à época de sua formação. Filho de imigrantes portugueses, sua família estabeleceu-se em Vila Pal-

meira em 1929, vinda do interior do Estado de São Paulo onde trabalhavam como colonos em fazenda de café. Moraram inicialmente na Lapa, "onde os aluguéis eram muito altos". Quando sua família mudou-se para Vila Palmeira, seus vizinhos da Lapa disseram que "iam morar no interior outra vez". O Sr. Pedro trabalhava em uma casa comercial na Lapa. Por ocasião de seu casamento - com uma moradora de Vila Palmeira - comprou vários lotes contíguos; hoje seus vizinhos são os filhos e sobrinhos já casados. Excetuando-se aqueles moradores que classifica como "gente antiga, aqui na Vila", diz quase não conhecer mais ninguém, "gente que chegou do Nordeste quando nós já tínhamos conseguido muita coisa aqui". Participou das inúmeras iniciativas da população de Vila Palmeira para a obtenção de serviços básicos. As linhas de ônibus que partiam da Lapa e Água Branca para os núcleos da Freguesia do Ó chegaram até Vila Palmeira pela ação conjugada de seus moradores, que se comprometeram junto às empresas a evitar que os ônibus encalhassem nos muitos trechos alagados existentes. Para isso, carregavam grandes pedras que eram colocadas no leito do trajeto dos ônibus, "um serviço muito duro". A extensão das linhas de ônibus para Vila Palmeira beneficiou, logo depois, algumas vilas próximas, como Vila Primavera e Jardim do Russinho. Como presidente do diretório local do Partido Social Progressista, que funcionava na garagem de sua casa, Pedro diz ter sido "intermediário para conseguir melhorias, como o telefone público instalado em 1951", além de ter "solicitado à Light a iluminação das ruas". Participou também dos movimentos para a oficialização das denominações das ruas. A esse respeito, conta que um dos moradores colocou o próprio nome na rua em que morava, chegando a pregar uma placa, imediatamente retirada pelos outros moradores. Diz, ainda, que os moradores de Vila Palmeira, em geral, "não parecem reconhecer o quanto eu trabalhei por esta Vila".

A reivindicação de serviços básicos pelos primeiros moradores é uma constante nas histórias de vida coletadas. A história do Sr. Rino (52 anos) assemelha-se à anterior. Morador da Lapa, lembra-se que quando criança ia de carroça a Vila Palmeira, com o pai, comprar frutas e pescar no Rio Cabuçu, "que há 20 anos ainda era piscoso". Mudou-se para Vila Palmeira por volta de 1940, onde seu pai comprara vários lotes. O Sr. Rino, hoje, reside de novo na Lapa, mas considera-se ainda um morador de Vila Palmeira onde possui uma escola de datilografia, um escritório imobiliário e várias casas de aluguel. Como morador participou de várias comissões para obtenção de "melhorias". À época da administração do Prefeito Prestes Maia, conseguiram que o Cabuçu fosse dragado, evitando-se enchentes durante 2 anos, "depois, Vila Palmeira continuou isolada de Vila Carolina nas enchentes; as professoras que vinham dar aula aqui não conseguiam passar, e os alunos que estudavam em Vila Carolina, não podiam ir à escola", pois "a administração pública não se preocupava em limpar mais o rio, diziam que não resolvia". Quando da administração do Prefeito Jânio Quadros, angariou junto com o pároco de Vila Palmeira 5.000 assinaturas pedindo colocação de guias. Conta ter explicado ao prefeito que queria "guias definitivas", e não que "fossem só alinhadas, para depois das eleições serem retiradas e servir para conseguir votos com o povo de outras vilas", como já acontecera em Vila Palmeira. Também trabalhou para a oficialização da primeira rua de Vila Palmeira, a Rua Santa Ângela, "nome escolhido por mim que li a biografia da Santa", e guarda uma cópia do decreto municipal de oficialização, que data de 1954. Junto a uma empresa do Sumaré, empenhou-se para que os "ônibus cangaceiros" fizessem a linha de Vila Palmeira, porque eram "os únicos que não caíam nas valetas".

Segundo o Sr. Rino, a valorização imobiliária ocorreu em Vila Palmeira com a abertura de nova avenida (Avenida Inajar de Souza) e a canalização do Rio Cabuçu. Diz que algumas das famílias que alugavam a baixo preço as casas próximas ao rio não conseguiram pagar o aluguel de uma casa melhor situada. Por outro lado, "foi muito grande a alta dos aluguéis; um cômodo-cozinha que era alugado por cr\$ 200,00 agora custa cr\$ 800,00".⁽¹⁾ A valorização dos imóveis também impediu que pessoas desapropriadas continuassem a morar em Vila Palmeira: "a Prefeitura pagou muito pouco pelas desapropriações". Além disso, "já não há muitas casas para alugar, aqui na Vila, porque antes as famílias costumavam construir um quarto-e-cozinha nos fundos para os filhos que casavam, mas agora com a planta de conservação ninguém mais faz isso. Por isso qualquer imóvel está valorizado e apareceu essa favela, no terreno da Prefeitura."

A história do Sr. Silvano (71 anos) exemplifica bem as dificuldades encontradas pelos primeiros moradores, que intensificaram a coesão entre eles. Trabalhador manual, o Sr. Silvano veio da Barra Funda para Vila Palmeira, em 1929, quando a casa que construía ofereceu condições mínimas de habitação. A localização de seu lote próximo ao rio tornou impossível sua permanência na moradia, invadida pelas águas do Cabuçu "que subiam com qualquer chuva mais forte". Junto à companhia imobiliária responsável pelo loteamento, o Sr. Silvano procedeu à troca do terreno por outro melhor situado, na mesma rua da Igreja. "Apesar de tudo isso, Vila Palmeira era o lugar onde eu podia morar. Antes dos ônibus chegarem aqui, eu ia a pé até a Avenida Santa Marina, onde tomava o bonde para a Praça do Correio. Esse trecho estava sem -

(1) Entrevista realizada em agosto de 1976.

pre alagado; era um charco. Quando os filhos eram pequenos e ficavam doentes, eu chegava em casa à noite, punha o doente nas costas e batia para a Lapa onde morava o médico. Os problemas de condução existem até hoje, mas no começo era muito pior. Mesmo depois que puxaram as linhas de ônibus para cá, nem sempre a condução funcionava. Os ônibus atravessavam uma ponte de madeira, chegavam desse lado e encalhavam. Quando fizeram uma ponte nova, tinha um ponto de caminhões na Santa Marina; a gente vinha na carroceria, e a passagem custava pouco, mas era perigoso." Foram as dificuldades presentes ao início da ocupação de Vila Palmeira que levaram o Sr. Silvano a participar das comissões para obtenção de serviços básicos, conseguidos gradualmente "através de política". Entretanto, "hoje isso não é mais possível, porque as coisas mudaram, as pessoas da Vila não são mais unidas e essa Sociedade de Amigos da Vila também não funciona".

A história do Sr. Fernandes (72 anos) apresenta certos aspectos não abordados nas histórias anteriores. Imigrante português, mudou-se do Bairro de Pompéia em meados da década de 30, mas já trabalhava em Vila Palmeira como vendedor de terrenos do escritório imobiliário de Antonio Moraes Pinto, o loteador de Vila Palmeira. O seu relato prende-se principalmente aos fatos que levaram à constituição da paróquia local, a Paróquia de São José de Vila Palmeira, onde exerce a função de zelador.

Em 1932, moradores de Vila Palmeira e pessoas que ali já haviam adquirido terrenos formaram uma comissão de cinco membros auxiliados pelos padres do "Seminário de Vila Albertina" e da Paróquia da Freguesia do Ó, com o propósito de angariar fundos para a construção de uma igreja em terreno doado por Antônio Moraes Pinto. "A construção de uma igreja, aqui em Vila Palmeira, ia valorizar os terrenos; por isso, foi doado o lote". As obras para

a edificação da igreja iniciaram-se com a construção de um aterro, "orçado em 600 mil réis", e a abertura de valas de escoamento, "orçada em 50 mil réis, e muito necessárias porque o terreno era muito alagado, e nele passava um córrego que foi aterrado". A contribuição mensal dos membros da comissão era de "3 mil réis", sendo também seu encargo a arrecadação de contribuições entre os moradores de Vila Palmeira e vilas vizinhas, mais tarde pertencentes à Paróquia de São José - que abrangia os núcleos a leste e a norte de Vila Palmeira até Vila Nova Cachoeirinha, além de parte da Vila Brito e Chácara do Rosário. Também era atribuição dos membros dessa comissão a organização de quermesses e rifas. No primeiro livro de atas da comissão está registrada a doação de um terreno por Benedito Guedes de Oliveira, o antigo proprietário da "Chácara dos Guedes" que deu origem a Vila Palmeira; esse lote, que deveria ser rifado em benefício das obras da igreja, teve que ser trocado por outro melhor situado, "porque ninguém queria comprar rifa de terreno alagado".

Em 1933, foi constituída a irmandade de São José e Santa Isabel de Vila Palmeira. Em 1937, erguia-se a capela, um barracão levantado pelos próprios moradores ao redor do qual mais tarde foi construída a igreja. "No centro da capela, que é o centro da igreja, está enterrada uma panela de ferro, com os documentos da fundação da igreja e os nomes dos moradores que ajudaram". A planta definitiva da igreja só foi aprovada em 1941, e no ano seguinte o edifício foi coberto. O primeiro registro de batismo data de 1951, ocasião em que foi designado o primeiro pároco de Vila Palmeira, o Padre Francisco Corner, que iniciou a primeira escola de Vila Palmeira. A escola funcionava na igreja, e foi dirigida inicialmente por freiras alemãs. Depois, a "Obra Cura D'Ars", da Liga das Senhoras Católicas, encarregou-se da escola, onde funcio-

nou o curso primário até aparecerem as escolas oficiais da Vila. Hoje, no salão contruído quando a igreja foi ampliada, funcionam uma escola maternal e cursos diversos (artesanato, cursos de noivos, etc.), "também as festas e bailes são nesse salão, porque o Padre Antônio deixa os jovens organizarem diversões".

Constata-se, assim, a existência do grupo de "moradores antigos", constituído por indivíduos que se estabeleceram em Vila Palmeira ao início de sua ocupação, e que se organizaram em torno de necessidades comuns para a obtenção de serviços básicos.

A constituição da Paróquia de São José de Vila Palmeira e a construção da igreja também expressam a ação conjugada dos primeiros moradores.

Analisando os dados sobre renda familiar mensal, escolaridade e ocupação verificam-se determinados aspectos que, aliados ao conjunto das circunstâncias relativas aos motivos de fixação de - mostram a existência de certos caracteres estruturais homogêneos na população de Vila Palmeira.

A Tabela 4 e o Gráfico 2 apresentam os dados relativos à renda familiar mensal. À época da aplicação dos formulários, novembro de 1976, o salário mínimo vigente era de cr\$ 768,00. Registrou-se na amostra apenas um evento de renda mensal inferior ao salário mínimo, no caso, um chefe de família aposentado. Observa-se que a renda média, cr\$ 4 819,44, corresponde a 6,2 salários mínimos.⁽¹⁾ O desvio padrão, cr\$ 3 489,76, equivalente a quatro salários mínimos, revela pouca distorção de nível de vida entre os indivíduos que compuseram a amostra.

As tabelas 5 e 6 apresentam os dados de escolaridade e

(1) Para o ano de 1975, quando o salário mínimo vigente era de cr\$ 532,80 (abril), segundo o IBGE a renda média da família paulistana para a Freguesia do Ó, Brasilândia e Jaguará, era de cr\$ 2 164,80, e para o Limão, Casa Verde e Santana, variava de cr\$ 2 173,00 a cr\$ 2 706,00.

RENDAS FAMILIAR MENSAL

CLASSES	Fi	Xi	Xi Fi
500 — 2000	13	1250	16250
2000 — 3500	24	2750	66000
3500 — 5000	16	4250	68000
5000 — 6500	22	5750	126500
6500 — 8000	4	7250	29000
8000 — 9500	6	8750	52500
9500 — 11000	1	10250	10250
11000 — 12500	1	11750	11750
12500 — 14000	1	13250	13250
14000 — 15500	1	14750	14750
+15500 — 35500	1	25500	25500
TOTAL	90		433750

Observações:

Média

$$\bar{X} = \frac{433750}{90} = \text{Cr\$ } 4.819,44$$

Desvio Padrão =

$$S = \text{Cr\$ } 3.489,76$$

Registrou-se apenas um evento de renda familiar mensal abaixo do salário mínimo vigente, Cr\$ 768,00 (novembro de 1976).

Em dezessete eventos não se declarou renda.

Renda Familiar Mensal da População

$$\bar{x} = \frac{433750}{90} = \text{R\$ } 4819,44$$

$$s = \text{R\$ } 3489,76$$

trabalho da população por sexo e idade. Considerando-se a população com mais de 20 anos, observa-se que a educação modal para ambos os sexos é o primário completo - 28,3% para a população feminina, e 26,2% para a população masculina. A frequência da população masculina com ginásio completo, 11,6%, é significativamente maior em relação à população feminina, 5,4%. O equilíbrio entre os sexos de novo se apresenta quando se considera a porcentagem da população que nunca frequentou a escola - 13,6% da população feminina, e 11,0% da população masculina. Por outro lado, a não-frequência à escola é característica das faixas etárias superiores a 40 anos.

Em relação à escolarização superior, não se registrou qualquer caso de frequência à universidade na população feminina. Na população masculina apenas 1,3% possuíam curso universitário, não se registrando casos de curso superior incompleto.

Nas faixas etárias onde a frequência à escola é compulsória, ambos os sexos apresentaram o mesmo número de eventos. Entretanto, a frequência de mulheres na categoria "Só Estudam" é duas vezes maior que aquela para a população masculina.

Evidenciam-se, assim certas diferenças entre os sexos em relação ao acesso à escolarização, manifestas principalmente pela maior ocorrência de mulheres que não frequentaram a escola e pelos maiores níveis de evasão no curso ginasial, para a população feminina. Por outro lado, a frequência superior de mulheres que "Só Estudam" é antes a indicação de maior valorização do trabalho masculino, fator que se evidencia a seguir.

A frequência das mulheres que estudam e trabalham, 2,7%, em relação à população masculina dessa mesma categoria, 13,3%, é expressiva sobretudo quando se considera a faixa etária entre 15

TABELA 5

ESCOLARIDADE E/OU TRABALHO DA POPULAÇÃO FEMININA SEGUNDO A IDADE

IDADE		7-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-	NÃO DECLARA	N	%
SÓ ESTUDAM	ESCOLARIDADE E/OU TRABALHO													
	PRIMÁRIO	14	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	11,3
	GINÁSIO	-	12	7	1	-	-	-	-	-	-	-	20	9,0
	COLÉGIO	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	0,9
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		14	23	8	2	-	-	-	-	-	-	-	47	21,2
ESTUDAM E TRABALHAM	PRIMÁRIO	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5
	GINÁSIO	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1,3
	COLÉGIO	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	0,9
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		-	-	5	1	-	-	-	-	-	-	-	6	2,7
SÓ TRABALHAM	NÃO FREQU. ESCOLA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,5
	PRIMÁRIO INCOMPL.	-	-	-	3	1	5	3	1	-	-	1	14	6,3
	PRIMÁRIO COMPLETO	-	-	4	7	3	5	5	1	-	-	-	25	11,3
	GINÁSIO INCOMPL.	-	-	3	2	2	2	-	-	-	-	-	9	4,1
	GINÁSIO COMPLETO	-	-	2	1	2	1	-	-	-	-	-	6	2,7
	COLEG. INCOMPL.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,5
	COLEG. COMPLETO	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	3	1,3
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,5
SUB-TOTAL		-	-	9	16	9	15	8	2	-	-	1	60	27,0
NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM	NÃO FREQU. ESCOLA	2	-	-	1	1	1	4	6	11	3	-	29	13,1
	PRIMÁRIO INCOMPL.	-	-	1	-	2	4	7	6	2	1	-	23	10,4
	PRIMÁRIO COMPLETO	-	1	1	1	4	9	15	3	3	1	-	38	17,1
	GINÁSIO INCOMPL.	-	-	1	3	1	1	-	-	-	-	-	6	2,7
	GINÁSIO COMPLETO	-	-	1	5	2	4	-	-	-	-	-	12	5,4
	COLEG. INCOMPLETO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	0,5
	COLEG. COMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		2	1	4	10	11	19	26	15	16	5	-	109	49,1
TOTAL		N	16	24	26	29	20	34	34	17	16	5	1	222
		%	7,2	10,8	11,7	13,1	9,0	15,3	15,3	7,7	7,2	2,2	0,5	100%

OBSERVAÇÕES:

Considerada toda população feminina de 7 anos e mais.

Em "só trabalham" e "não estudam nem trabalham" foi considerado o último grau de instrução.

Em "não estudam nem trabalham" estão incluídas donas de casa.

Ponto Médio da última classe: 75 anos.

ESCOLARIDADE E/OU TRABALHO DA POPULAÇÃO MASCULINA SEGUNDO IDADE

IDADE		7-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-	NÃO DECLARA	N	%
ESCOLARIDADE E/OU TRABALHO														
SÓ ESTUDAM	PRIMÁRIO	12	11	1	-	-	-	-	-	-	-	-	24	10,3
	GINÁSIO	-	14	4	-	-	-	-	-	-	-	-	18	7,7
	COLÉGIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		12	25	5	-	-	-	-	-	-	-	-	42	18,0
ESTUDAM E TRABALHAM	PRIMÁRIO	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1,3
	GINÁSIO	-	3	11	3	-	-	-	-	-	-	-	17	7,3
	COLÉGIO	-	-	4	4	-	-	-	-	-	-	-	8	3,4
	SUPERIOR	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	3	1,3
SUB-TOTAL		-	5	16	9	-	1	-	-	-	-	-	31	13,3
SÓ TRABALHAM	NÃO FREQU. ESCOLA	-	-	-	1	1	-	1	4	2	-	-	9	3,7
	PRIMÁRIO INCOMPL.	-	-	1	1	1	5	8	1	-	-	2	19	8,1
	PRIMÁRIO COMPLETO	-	-	5	10	5	11	15	7	2	-	-	55	23,6
	GINÁSIO INCOMPL.	-	-	5	8	-	-	-	-	1	-	-	14	6,1
	GINÁSIO COMPLETO	-	-	4	7	2	12	2	-	-	-	-	27	11,6
	COLEG. INCOMPLETO	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	0,9
	COLEG. COMPLETO	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3	1,3
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	0,9
SUB-TOTAL		-	-	15	27	11	32	27	12	5	-	2	131	56,2
NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM	NÃO FREQU. ESCOLA	-	-	-	1	1	-	-	3	4	7	1	17	7,3
	PRIMÁRIO INCOMPL.	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	0,9
	PRIMÁRIO COMPLETO	-	1	-	-	-	-	-	1	4	-	-	6	2,6
	GINÁSIO INCOMPLETO	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	0,9
	GINÁSIO COMPLETO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,4
	COLEG. INCOMPLETO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,4
	COLEG. COMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		-	5	16	9	-	1	-	-	-	-	-	31	13,3
SÓ TRABALHAM	NÃO FREQU. ESCOLA	-	-	-	1	1	-	1	4	2	-	-	9	3,7
	PRIMÁRIO INCOMPL.	-	-	1	1	1	5	8	1	-	-	2	19	8,1
	PRIMÁRIO COMPLETO	-	-	5	10	5	11	15	7	2	-	-	55	23,6
	GINÁSIO INCOMPL.	-	-	5	8	-	-	-	-	1	-	-	14	6,1
	GINÁSIO COMPLETO	-	-	4	7	2	12	2	-	-	-	-	27	11,6
	COLEG. INCOMPLETO	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2	0,9
	COLEG. COMPLETO	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3	1,3
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	2	0,9
SUB-TOTAL		-	-	15	27	11	32	27	12	5	-	2	131	56,2
NÃO ESTUDAM NEM TRABALHAM	NÃO FREQU. ESCOLA	-	-	-	1	1	-	-	3	4	7	1	17	7,3
	PRIMÁRIO INCOMPL.	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	0,9
	PRIMÁRIO COMPLETO	-	1	-	-	-	-	-	1	4	-	-	6	2,6
	GINÁSIO INCOMPLETO	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	0,9
	GINÁSIO COMPLETO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,4
	COLEG. INCOMPLETO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,4
	COLEG. COMPLETO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUPERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL		-	1	-	2	1	3	-	6	8	7	1	29	12,5
TOTAL	N	12	31	36	38	12	36	27	18	13	7	3	233	100%
	%	5,1	13,3	15,4	16,4	5,1	15,4	11,6	7,7	5,6	3,1	1,3		

OBSERVAÇÕES:

Considerada toda população masculina de 7 anos e mais.

Em "não estudam nem trabalham" estão incluídos os aposentados.

Em "só trabalham" e "não estudam nem trabalham", foi considerado o último grau de instrução.

Ponto Médio da última classe = 77,5 anos.

e 19 anos, onde a predominância da população feminina concentra-se na categoria "Só Estudam". A predominância da população masculina, 56,2% para a categoria "Só trabalham" - em relação à população feminina, 27,0% - e a predominância de mulheres que "Não estudam nem trabalham", 49,1% - em relação à população masculina, 12,5% - são a clara indicação de que o trabalho masculino é mais valorizado que o trabalho da mulher.

Esta observação ganha maior realce quando se verifica que na população feminina não se registrou o trabalho do menor, enquanto que na população masculina a frequência de indivíduos que trabalham, na classe de idade entre 10 e 14 anos é de 20,0%. Além disso, na categoria "Não estuda nem trabalha", a população masculina concentra-se nitidamente nas faixas etárias correspondentes à idade não-ativa, enquanto a taxa de ocupação feminina decresce à medida em que aumentam as classes de idade, mesmo naqueles intervalos que correspondem à idade ativa.

Registraram-se apenas cinco casos de desemprego na população masculina:

- 2 na classe de idade de 20 a 24 anos;
- 1 na classe de idade de 25 a 29 anos;
- 2 na classe de idade de 30 a 39 anos.

Em relação à ocupação (Tabela 7), verifica-se o alto percentual da população feminina que não trabalha, 65,5%. A frequência mais significativa para a ocupação feminina é a de "white-collar", 14,0%, aqui compreendida como a categoria ligada à prestação de serviços em geral: balconistas, auxiliares de escritório, datilógrafas, auxiliares de cabeleireiro, vendedoras. Esta categoria representa 40% das mulheres que trabalham. As frequências das categorias "empregada doméstica", "operária qualificada" e "serviço

Ocupação da População Segundo o Sexo

Sexo Ocupação	Homens		Mulheres	
	Total N	Total %	Total N	Total %
Não Trabalha	17	8,5	122	65,5
Desempregado	5	2,5	—	—
Aposentado	17	8,5	—	—
Empregada Doméstica	—	—	8	4,3
Operário não-qualificado	29	14,6	14	7,6
Operário qualificado	35	17,6	8	4,3
"White - Collar"	53	26,6	26	14,0
Serviço por Conta Própria	30	15,1	8	4,3
Funcionário Público	6	3,1	—	—
Não Declara	7	5,1	—	—
Total N	199 100%		186 100%	
Total %				

Observações: Considerada toda a população com 14 anos e mais.
Em "não trabalha", incluídas as donas-de-casa.
Em "empregada doméstica", incluídas: lavadeira, cozinheira, faxineira (diarista).

D. F. 01

por conta própria" apresentam-se iguais, 4,3%, representando 12,5% das 64 mulheres da amostra que trabalham. A segunda maior frequência é da categoria "operária não-qualificada", 7,6% em relação à população feminina da amostra, ou 22,5% em relação às mulheres que trabalham.

Para a ocupação masculina, também predomina a categoria dos "white-collars", 26,6%, que incorpora auxiliares de escritório, chefes de escritório, balconistas, motoristas, entregadores, "office-boys", vendedores, subgerentes. Por outro lado, é significativa a frequência dos aposentados, 17%, categoria inexistente na população feminina. As categorias dos que "trabalham por conta própria", 15,1%, de "operários qualificados", 17,6%, e de "operários não-qualificados", 14,6%, apresentam-se em equilíbrio, o que torna mais significativa a categoria dos "white-collors".

Vila Palmeira constitui, pois, local de residência da força de trabalho, e sua população apresenta determinadas características reveladoras de certa homogeneidade social.

2. A Unidade Residencial

A expansão propriamente dita da cidade de São Paulo, ou início de sua metropolização, veio conferir a Vila Palmeira a situação de "destino residencial" de uma determinada população que provém principalmente da Capital (Camargo e outros, 1975). Portanto, a unidade residencial está à base de seu processo de estruturação, conforme demonstra a Tabela 8 - condição de uso da habitação, ou seja, própria, alugada ou cedida.

A casa própria apresenta-se como a condição de uso mais ex

VILA PALMEIRA
TABELA Nº 8

CONDIÇÃO DE USO E TIPO DE USO DA MORADIA

TIPO DE USO CON- DIÇÃO DE USO	SIMPLES		COLETIVA		MISTA		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
PRÓPRIA	44	73,3	13	21,7	3	5,0	60	56,1
ALUGADA	22	52,4	19	45,2	1	2,4	42	39,2
CEDEDA	4	80,0	1	20,0	-	-	5	4,7
TOTAL	N 70 % 65,4		33 30,9		4 3,7		107 100%	

Observação:

% significa a porcentagem em relação à frequência na classe.

CONDIÇÃO DE USO DA MORADIA, SEGUNDO A
RENDA FAMILIAR MENSAL DA POPULAÇÃO.-

CONDIÇÃO DE USO REND.A FAMILIAR MENSAL (Cr\$)	ALUGADA		PRÓPRIA		CEDIDA		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%
500 — 2000	4	30,8	9	69,2	-	-	13	12,1
2000 — 3500	8	33,3	13	54,2	3	12,5	24	22,4
3500 — 5000	8	50,0	7	43,7	1	6,3	16	15,0
5000 — 6500	12	54,5	10	45,5	-	-	22	20,6
6500 — 8000	1	25,0	3	75,0	-	-	4	3,7
8000 — 9500	2	33,3	4	66,7	-	-	6	5,6
9500 —	3	60,0	2	40,0	-	-	5	4,7
Não Declara Renda	4	23,5	12	70,6	1	5,9	17	15,9
TOTAL	N	42	60	5	107			
	%	39,2	56,1	4,7	100,0			

Observações:

Ponto médio da última classe de renda: Cr\$ 16.300,00

Renda média familiar: Cr\$ 4.819,44 Desvio Padrão: Cr\$ 3.489,76

Salário mínimo vigente: Cr\$ 768,00 (Novembro de 1976)

% é a porcentagem em relação ao total na classe (frequência na classe).

ALUGUEL DA MORADIA SEGUNDO A RENDA FAMILIAR MENSAL

Renda Familiar Mensal (R\$)	Aluguel (R\$)	Até 400	400 —800	800 —1200	1200 —1600	1600 —2000	2000 —2400	2400 —2700	Total da Pop. que paga aluguel		Total da Pop. de renda	
									N	%	N	%
500 — 2000		2	2	-	-	-	-	-	4	9,5	13	12,1
2000 — 3500		3	3	2	-	-	-	-	8	19,0	24	22,4
3500 — 5000		-	5	3	-	-	-	-	8	19,0	16	15,0
5000 — 6500		-	8	1	3	-	-	-	12	28,6	22	20,6
6500 — 8000		1	-	-	-	-	-	-	1	2,4	4	3,7
8000 — 9500		-	1	-	1	-	-	-	2	4,8	6	5,6
9500 —		-	1	-	-	-	1	1	3	7,2	5	4,7
NÃO DECLARA		1	2	-	-	1	-	-	4	9,5	17	15,9
TOTAL	N	7	22	6	4	1	1	1	42		107	
	%	16,6	52,4	14,3	9,5	2,4	2,4	2,4		100%		100%

Observações:

- 42 famílias que pagam aluguel representam 39,2% da população.
- Ponto médio da 1ª classe de aluguel: Cr\$315,00
- Ponto médio da última classe de renda: Cr\$ 16.300,00
- Renda média familiar mensal: Cr\$ 4.819,94
- Média de aluguel: Cr\$ 798,93

Desvio Padrão: Cr\$ 3.489,76

Desvio Padrão: Cr\$ 499,49

TIPO DE USO DA MORADIA SEGUNDO RENDA FAMILIAR MENSAL DA POPULAÇÃO

RENTA FAMILIAR MENSAL(R)	TIPO DE USO	SIMPLES		COLETIVA		MISTA		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%
500 —2000		10	76,9	3	23,1	-	-	13	12,1
2000 —3500		18	75,0	5	20,8	1	4,2	24	22,4
3500 —5000		8	50,0	8	50,0	-	-	16	15,0
5000 —6500		14	63,6	7	31,9	1	4,5	22	20,6
6500 —8000		4	100,0	-	-	-	-	4	3,7
8000 —9500		5	83,3	1	16,7	-	-	6	5,6
9500 —		3	60,0	2	40,0	-	-	5	4,7
Não Declara		8	47,0	7	41,2	2	1,8	17	15,9
TOTAL	N	70		33		4		107	100,0
	%	65,4		30,9		3,7			

Observações:

- % significa porcentagem em relação à frequência na classe.
- Em "MISTA" considera-se unidade domiciliar de uso residencial combinado a outros usos (por exemplo, residência com oficina mecânica).
- Ponto Médio da última classe de renda: Cr\$ 16.300,00
- Renda média familiar: Cr\$ 4.819,44 - Desvio padrão = Cr\$ 3.489,76.

fica-se o equilíbrio entre as freqüências das residências simples (50,0%) e das habitações coletivas (50,0%); é também nessa classe de renda que se registra a freqüência de 50% para as habitações alugadas (conforme Tabela 9). Na classe de renda de cr\$ 5 000,00 a 6 500,00, onde as moradias alugadas apresentam o percentual mais alto (54,5% - conforme Tabela 9), para as residências coletivas registra-se a freqüência de 31,9%.

A equivalência de percentuais entre as moradias simples e coletivas também se verifica na Tabela 12, onde se analisam os dados para tipo de uso da moradia e preço de aluguéis. A classe de aluguel de cr\$ 400,00 a 800,00 que apresenta a maior freqüência (52,4% - conforme Tabela 6), corresponde à classe onde se encontra a igual freqüência das moradias simples e coletivas.

A presença das habitações coletivas em todas as classes de aluguel (Tabela 12) e sua expressividade em relação às residências simples, nessa condição de uso, mostram que o valor do aluguel prevalece sobre o tipo de uso.

De acordo com a Tabela 13, Número de Pessoas na Casa por Cômodo Habitável, observa-se que as categorias com maiores freqüências, 25,2% e 23,4%, correspondem respectivamente aos números de 4 e 5 cômodos habitáveis. Não são significativas as freqüências registradas para as habitações com um, sete e oito cômodos - respectivamente, 2,8%, 1,9% e 1,9%. Dentre as 137 famílias da amostra, 69,2% tinham entre 3 a 6 membros, ou seja, um tamanho médio correspondente a 5 indivíduos por unidade familiar.

O número de pessoas na unidade domiciliar não apresenta variações significativas em relação ao tipo de uso (Tabela 14). O número de moradores para residências coletivas em relação às moradias simples indica as mesmas freqüências registradas na Tabela 9,

Aluguel Segundo o Tipo de Uso da Moradia

Tipo de Uso da Moradia Aluguel (cr\$)	Simples	Coletiva	Mista	Total	
				N	%
Até 400	4	3	—	7	16,6
400 — 800	11	11	—	22	52,4
800 — 1200	4	2	—	6	14,3
1200 — 1600	2	1	1	4	9,5
1600 — 2000	—	1	—	1	2,4
2000 — 2400	—	1	—	1	2,4
2400 — 2700	1	—	—	1	2,4
Total N	22	19	1	42 100%	
Total %	52,4	45,2	2,4		

Observações: Ponto médio da 1ª classe de aluguel: cr\$ 315,00
 Média de aluguel: cr\$ 798,93
 Desvio padrão: cr\$ 499,49

NUMERO DE PESSOAS NA UNIDADE DOMICILIAR
POR C MODO HABIT VEL

TABELA Nº 13

MÉDIO DE ESSOAS NA UNIDADE DOMICILIAR	Nº DE PESSOAS NA UNIDADE DOMICILIAR Nº DE CÔMODOS	2	3-4	5-6	7-8	9-10	11-13	TOTAL	
								N	%
6,3	1	-	2	-	-	-	1	3	2,8
4,9	2	2	6	4	1	2	-	15	14,0
4,5	3	-	10	3	1	1	-	15	14,0
5,4	4	4	4	12	4	3	-	27	25,2
4,9	5	5	7	8	3	1	1	25	23,4
4,2	6	1	8	4	1	-	-	14	13,1
5,5	7	-	1	2	1	-	-	4	3,7
6,5	8	-	-	1	1	-	-	2	1,9
4,5	NÃO DECLARA	-	1	1	-	-	-	2	1,9
5,0	N	12	39	35	12	7	2	107	100%
	TOTAL %	11,2	36,5	32,7	11,2	6,6	1,8		

NÚMERO DE PESSOAS NA UNIDADE DOMICILIAR
SEGUNDO O
TIPO DE USO DA MORADIA

TIPO DE USO Nº DE PESÇAS NA UNIDADE DOMICILIAR	SIMPLES	COLETIVA	MISTA	TOTAL	
				N	%
2	8	3	1	12	11,2
3-4	28	11	-	39	36,5
5-6	23	9	3	35	32,7
7-8	7	5	-	12	11,2
9-10	3	4	-	7	6,6
11-13	1	1	-	2	1,8
TOTAL	N	70	33	4	107
	%	65,4	30,9	3,7	100%

o que sugere maior concentração de moradores por cômodo habitável para aquele tipo de uso. Em relação às 107 habitações que compuseram a amostra, não se apresentaram em geral condições de habitação indicativas de precariedade ou carência: apenas 3,7% dos informantes declararam não estarem servidos pela rede de água e esgoto, utilizando água de poço e fossa séptica.

A residência coletiva corresponde a um "modo urbano de morar" e, no caso de Vila Palmeira não implica necessariamente condições precárias de habitação. Sua presença está diretamente ligada ao início da formação da vila, quando os primeiros compradores de lotes edificavam, eles próprios, nos fundos de seus terrenos dois pequenos cômodos - o "quarto-cozinha". Prontas essas primeiras instalações, mudavam-se e davam início à construção da casa definitiva, na medida em que o permitiam suas posses e a disponibilidade de tempo. Esses cômodos do quintal eram mais tarde ocupados pelos filhos casados, pelos pais idosos, pelos parentes que "vinham morar na capital". Quando os aluguéis se elevaram em Vila Palmeira, começaram a ser alugadas a pessoas não pertencentes à família. Alguns dos primeiros moradores que se mudaram de Vila Palmeira transformaram mesmo suas residências em habitações coletivas para aluguel.

As residências coletivas obedeceram, portanto, à lógica da especulação que provocou maior demanda de habitações em dois momentos distintos do período mais recente do processo de estruturação de Vila Palmeira: o primeiro corresponde à chegada de novos moradores; o segundo, às modificações na paisagem urbana - abertura da avenida e canalização do Cabuçu que motivaram as desapropriações. Constituem, em geral, a "moradia da gente nova" e a "propriedade do morador antigo".

A existência desses dois grupos diferenciados, estabelece -

TEMPO DE FIXAÇÃO NA VILA E TEMPO DE PERMANÊNCIA NA MORADIA

TEMPO NA MORADIA (ANOS) \ TEMPO NA VILA (ANOS)	até 3	3-6	6-9	9-12	12-15	15-18	18-21	21-25	25-	NÃO DECLARA	TOTAL N %
ATÉ 3	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20 18,7
3-6	3	9	-	-	-	-	-	-	-	-	12 11,2
6-9	1	2	11	-	-	-	-	-	-	-	14 13,1
9-12	1	4	-	5	-	-	-	-	-	-	10 9,4
12-15	-	-	-	-	3	-	-	-	-	1	4 3,7
15-18	-	-	-	-	1	6	-	-	-	-	7 6,5
18-21	-	-	-	1	-	-	4	-	-	-	5 4,7
21-25	2	-	1	2	1	-	-	13	-	-	19 17,8
25-	1	-	-	-	-	-	-	-	8	-	9 8,4
NÃO DECLARA	3	1	-	-	-	1	-	-	-	2	7 6,5
TOTAL N	31	16	12	8	5	7	4	13	8	3	107
%	29,0	14,9	11,2	7,5	4,7	6,5	3,7	12,2	7,5	2,8	100,0

OBSERVAÇÃO : Ponto médio da última classe: 28 anos

	N	%
Tempo de permanência na moradia igual ao tempo de fixação na vila.....	79	73,8
Tempo na moradia menor que tempo na vila.....	20	18,7
Não declara.....	8	7,5
TOTAL.....	107	100,0

cidos em diferentes momentos do processo de estruturação de Vila Palmeira, manifesta-se ainda quando se considera a relação entre tempo de fixação em Vila Palmeira e tempo de permanência na moradia (Tabela 15). O alto percentual de igualdade entre o tempo de fixação na vila e o tempo de ocupação da casa - 73,8% - é significativo da estabilidade do segmento formado pelos "moradores antigos", que também está expressa quando se leva em conta a porcentagem do conjunto das freqüências dos últimos intervalos de tempo - 33,4% para o período acima de 18 anos. Por sua vez, o percentual correspondente a tempo de fixação na vila menor que tempo de permanência na moradia - 18,7% - registra a presença da "gente nova", além de indicar os deslocamentos internos dentro da própria Vila.

A unidade residencial apresenta-se como um bem diferenciado. A condição de proprietário define principalmente os "moradores antigos" em relação à "gente nova", seus inquilinos.

3. O Espaço

A estruturação de Vila Palmeira como unidade coletiva representa a medida de sua integração à cidade de São Paulo. Seu caráter de área periférica, denotando sobretudo sua posição de isolamento face aos obstáculos naturais e à precariedade das vias de acesso, perde gradualmente a significação conforme ocorre a metropolização de São Paulo.

Nas plantas da Cidade de São Paulo da década de 1940, Vila Palmeira aparece fora da mancha urbana contínua, conforme mostram a Planta da Cidade de São Paulo e Arredores de 1944 (Castiglione), e a Planta de São Paulo e Municípios Circunvizinhos, de

1949 (Belucci).

Na década de 50, de acordo com a "Planta da Cidade de São Paulo" de 1954, observa-se que em Vila Palmeira a área edificada concentra-se principalmente ao redor da igreja, mostrando-se mais rarefeita nas proximidades do Rio Cabuçu e na porção correspondente ao limite norte. Essa disposição especial das habitações fundamenta-se, por sua vez, nas características do sítio urbano de Vila Palmeira: baixo terraço fluvial, com altitude média entre 725 a 730 m; planície aluvial, com 720 a 722 m de altitude média, sujeita a cheias periódicas; e colinas, com altitude média entre 790 a 795 m (Ab'Saber, 1954).

Ao início da década de 60, Vila Palmeira apresenta sensível aumento de ocupação. Conforme os dados do Quadro I, os baixos percentuais de terrenos vagos (4,3%) e de construções (1,5%) em relação ao número das unidades domiciliares cadastradas demonstram a densidade da área edificada e a predominância da unidade residencial (85,6%).

A Planta da Cidade de São Paulo de 1975 (Gegran), por sua vez, mostra que em Vila Palmeira a densidade de edificações combina-se o alto nível de aproveitamento dos terrenos. Os lotes retangulares, estreitos e alongados, apresentam grande número de construções que se estendem até os fundos dos terrenos; os recuos fronteiros são pequenos; o número de quintais é bastante reduzido e, conseqüentemente, é reduzida a área verde interna; são inúmeras as casas contíguas.

Conforme a legislação referente ao zoneamento da cidade de São Paulo,⁽¹⁾ a maior parte da área ocupada por Vila Palmeira

(1) Leis nº 7805, de 1º/11/72;
 nº 8001, de 24 /12/73;
 nº 8328, de 21/12/75; e Decreto nº 11.106, de 28/6/74 .

Vila Palmeira: Número e Natureza das Unidades Domiciliares

Natureza das Unidades Domiciliares	Número
Residências	1850
Terrenos vagos	92
Construções	29
Escolas (1 estadual, 1 municipal, 2 particulares e cursos de madureza e dactilografia)	4
Igrejas (1 católica, 2 protestantes, 3 centros espíritas)	6
Consultórios (dentários)	2
Pensões	1
Campo de jogo de bocha	1
Clube	1
Institutos de beleza	2
Barbearias	6
Farmácias	3
Açouques	7
Padarias	2
Bares	35
Lojas	25
Armazéns	14
Autandas	3
Relojoaria	1
Sapatarias	3
Alfaiatarias	4
Marcenarias	2
Oficinas (de serviços, mecânica, elétrica, eletrônica, bonecharia, bicicleta)	19
Serralheria	1
Laminadores	2
Depósitos	14
Garagens	5
Avicultura	1
Frigorífico	1
Escritórios	3
Indústrias (química, de móveis, fundição, de lajes, gesso, papel, cimento, sabão, cerâmica)	22
Número total de unidades	2160

Fonte: Divisão de Cadastro Integrado da Superintendência de Águas e Esgotos da Capital (SAEC) - 1962
(Levantamento Aerofotogramétrico do Município de São Paulo)

Vila Palmeria
1971
"Cidade de São Paulo"
Folha 1
I.G.G.S.P.
Escala 1:12500
(reduzido)

Vila Palmeira
1945
Planta da Cidade
de São Paulo
(GEGRA)
Escala 1:2000 (modificado)

constitui "zona de uso predominantemente residencial, de média densidade demográfica", pois não se registra a construção vertical.

Nas leis que definiam o perímetro urbano de São Paulo, Vila Palmeira apresenta-se primeiro como integrante da área rural,⁽¹⁾ onde a vizinha Vila Albertina constitui um dos limites da área suburbana. Em 1940,⁽²⁾ faz parte da área suburbana e não pode ser equiparada à zona urbana⁽³⁾ por não possuir qualquer dos melhoramentos públicos indicados como condição necessária. Daí, não constar dos cadastros imobiliários da década de 40 e do início dos anos 50.⁽⁴⁾

A partir de 1953, passa a constar das plantas genéricas de valores, constantes da legislação municipal da tributação imobiliária,⁽⁵⁾ devido à instalação de alguns serviços públicos - colocação de guias, iluminação. Até essa data nenhuma de suas vias tivera denominação oficializada.⁽⁶⁾

O Quadro II indica os valores médios dos terrenos (metro

-
- (1) Acto nº 1057 de 1936 (conforme citado anteriormente).
 - (2) Decreto-Lei nº 25 de 1940 (conforme citado anteriormente).
 - (3) Decreto nº 78 de 1941 (conforme citado anteriormente).
 - (4) Segundo o "Almanaque dos Contribuintes" de 1950, Vila Palmeira enquadrava-se no Código 7: "Não pagam impostos ruas e praças não oficiais, sem pavimentação, estradas revestidas de material sílico-argiloso, macadam simples, pedras não aparelhadas ou simplesmente apedregulhadas, e estradas pavimentadas na zona rural".
 - (5) Lei Municipal nº 4160, de 27 de dezembro de 1951, que estabelece as plantas genéricas de valores conforme a legislação de 1946.
 - (6) A primeira via a ser oficializada foi a Rua Santa Ângela, em 1954, seguida da Rua São Silvestre, também no mesmo ano. As demais foram oficializadas em 1962, exceto as ruas Abaíbas, Bento Ferraz e Visconde de Jaguari, oficializadas em 1974. Esse descompasso entre as diferentes datas de oficialização explica as diversas designações das ruas de Vila Palmeira em diferentes plantas da cidade de São Paulo.

Valores Imobiliários em Vila Palmeira - Valor Médio dos Terrenos
Período 1953/1971

<div>Valor médio dos terrenos (m²/quadra)</div> <div>Ano</div>	Vila Palmeira			Limites de Vila Albertina: Ruas Antônio de Coudes e Bartolomeu do Canto	Avenida Nossa Senhora do Ó (trecho entre Avenida Sta. Mariana e Rua Bartolomeu do Canto)
	Setor "A"	Setor "B"	Setor "C"		
1953 (março)	40	50	60	80	85
1953 (dezembro)	50	60	80	100	200
1955 (dezembro)	80	80	100/130	120	300
1958 (dezembro)	120	120	140/180	180	500
1960 (dezembro)	250	200	350/400	400	630
1962 (dezembro)	260	260	360/520	400	700
1971* (dezembro)	20	20	30/40	50	60

* valor em cruzzeiros novos

Fonte: "Plantas Genéricas de Valores" - Departamento de Rendas Imobiliárias
Secretaria das Finanças do Município de São Paulo

Observações:

Setor "A" corresponde à porção mais elevada do sítio urbano de Vila Palmeira.

Setor "B" corresponde à porção próxima ao Rio Cabuçu de Baixo.

Setor "C" corresponde à porção plana do sítio urbano de Vila Palmeira.

Os limites de Vila Albertina foram incluídos para efeito comparativo, correspondendo a ruas limítrofes com Vila Palmeira.

No trecho considerado da Avenida Nossa Senhora do Ó, também para comparação, predominam os usos comercial e industrial.

quadrado por quadra) em Vila Palmeira, no período de 1953 a 1971, de acordo com as plantas genéricas de valores. Para efeitos de comparação levou-se em conta as características do sítio urbano :

a) as ruas situadas na porção elevada, onde algumas casas foram construídas abaixo do nível da rua e onde os tetos dos terraços às vezes servem de abrigo para carros; b) as ruas localizadas próximo à várzea do Cabuçu; c) as ruas que compõem o que poderia ser denominado o "core" de Vila Palmeira, na porção plana onde se localizam: a Igreja de São José, os estabelecimentos comerciais - - pequenas lojas, dois supermercados, a padaria, alguns bares e três farmácias - as casas mais antigas e a sede do "Sport Club Corinthians de Vila Palmeira". Ademais, foram incluídos os valores correspondentes às ruas Antônio de Couros, limite com Vila Albertina, e Bartolomeu do Canto, da qual a primeira é continuação e que começa na Avenida Nossa Senhora do Ó, também considerada no trecho entre a Avenida Santa Marina e Rua Bartolomeu do Canto.

O valor médio dos terrenos em Vila Palmeira, para o período indicado, apresentou elevação correspondente ao processo inflacionário, registrando-se discreta valorização. Os maiores valores médios encontram-se nas ruas Santa Ângela, Ribeirão das Almas, e Talhado, que se enquadram na terceira categoria, e onde predominam as residências dos primeiros moradores. Os valores médios decrescem nitidamente em direção à várzea do Cabuçu e a porção mais elevada do sítio de Vila Palmeira, onde predominam as moradias alugadas.

A elevação do valor médio dos terrenos verificou-se após as obras de retificação, canalização e urbanização do Cabuçu de Baixo, ⁽¹⁾ com a abertura da Avenida Inajar de Souza, extensão da

(1) Projetadas em 1975 e concluídas em 1978, pela Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (SABESP).

Vila Palmeira

Vila Palmeira
1949
Planta da Cidade
de São Paulo
CADLOS - Rep. da Cidade
de S. Paulo
Depto. de Rend. Imobiliários

Avenida Com. Martinelli e ligação direta com a Lapa.⁽¹⁾ Nessa porção de Vila Palmeira o valor médio do terreno é cr\$ 1 600,00 o metro quadrado e, segundo a legislação referente ao zoneamento da cidade de São Paulo, aí caracteriza-se a categoria de uso Z6(005), ou seja, zona de uso predominantemente industrial.

As obras realizadas para a implantação do "Coletor-Tronco Cabuçu de Baixo" e urbanização desse fundo de vale refletiram-se significativamente em Vila Palmeira. As desapropriações efetuadas para sua realização não só concorreram para a elevação do valor dos aluguéis, como também provocaram a perda da única área de lazer, o campo de futebol do "Sport Club Corinthians de Vila Palmeira", que se localizava próximo ao largo à entrada da vila. Segundo a opinião de moradores contribuíram, ainda, para a formação da favela situada no limite norte, em terreno pertencente ao patrimônio municipal.

Como unidade de consumo de bens, valores e serviços, Vila Palmeira depende da centralidade do Bairro da Lapa, que polariza os deslocamentos da população quanto a compras e utilização de certos serviços.

Conforme demonstra o Gráfico 3, verifica-se que em relação a compras o essencial é, obviamente, adquirido na vila, ou seja, alimentos. Existem em Vila Palmeira dois supermercados, inúmeras vendas, uma panificadora e aos domingos funciona a feira-livre. A aquisição de alimentos é efetuada fora da vila no caso daqueles filiados a cooperativas ou, em restrito número de eventos, pela atração dos grandes supermercados.

Também a compra de remédios se faz em Vila Palmeira, on-

(1) Ver Planta da Cidade de São Paulo, 1978/1979. CADLOG, Departamento de Rendas Imobiliárias, Prefeitura de São Paulo.

Local de Compras

Utilizações de Serviços (de Saúde)

Legenda

- Não-Aquisição e/ou Não-Utilização
- Fora de Vila Palmeira
- Vila Palmeira

de existem três farmácias que vendem a crédito, no sistema "conta por mês". Assim, excepcionalmente são comprados medicamentos fora da vila.

A aquisição de vestuário e eletro-domésticos é feita no Centro e principalmente na Lapa, bairro tradicionalmente caracterizado pela função comercial. Em Vila Palmeira, existem apenas pequenos bazares que vendem artigos diversos: roupas, brinquedos, calçados, armarinhos, artigos de papelaria podem ser encontrados em uma mesma loja. Quase todos os proprietários de estabelecimentos comerciais e de serviços de Vila Palmeira residem na própria vila ou em núcleos próximos - Itaberaba, Vila Carolina, Vila Penteado, Freguesia - ao passo que os proprietários de estabelecimentos industriais e depósitos procedem indiferenciadamente de vários pontos da Grande São Paulo.

Os serviços de saúde utilizados - quanto a atendimento médico - são principalmente aqueles institucionalizados e que, portanto, localizam-se fora da vila: em primeiro lugar, os serviços de saúde da Previdência Social (41,1%); a seguir, os serviços médicos municipais (21,5%); e os convênios efetuados com as empregadoras (11,2%). Aqueles que utilizam atendimento médico particular, 18,7%, dirigem-se principalmente à Itaberaba e Lapa, pois, em Vila Palmeira trabalha um único médico pediatra estabelecido recentemente. Os serviços odontológicos utilizados fora da vila, 25,2%, referem-se em geral a convênios. Em Vila Palmeira funcionam quatro clínicas dentárias.

Os deslocamentos em função de lazer apresentam-se muito restritos, ocorrendo principalmente em fins-de-semana. Apenas 3,5% declararam frequentar cinemas, no centro e na Lapa. A frequência a estádios de futebol, também é reduzida, 5,0%. Dessa forma prevalecem as formas de convivência local: o "bate-papo" na vizinhan-

TABELA Nº 16

LOCAL DE TRABALHO E CONDUÇÃO UTILIZADA

ONDE TRABALHA CONDUÇÃO UTILIZADA	EM OUTRA CIDADE	FORA DA VILA	VILA	T O T A L	
				N	%
NÃO UTILIZA (VAI A PÉ)	-	20	35	55	26,6
ÔNIBUS	-	103	-	103	49,8
OUTROS COLETIVOS (PERUA)	1	3	-	4	1,9
CONDUÇÃO DOS OUTROS (CARONA)	-	5	-	5	2,5
CARRO	-	34	2	36	17,4
TREM E ÔNIBUS (AMBOS)	2	-	-	2	0,9
OUTROS	-	1	1	2	0,9
N	3	166	38	207	100%
T O T A L %	1,4	80,2	18,4		

Observação:

- De toda a população registrada (517), somente 207 foram tabelados, pois, 289 não trabalham (aposentados, donas-de-casa e crianças), e 21 não declaram.
- Em "OUTROS", estão incluídos: caminhão e bicicleta.

ça, o jogo de bola na rua, os "pontos-de-encontro" representados pelos bares e vendas situados próximos à igreja.

Os deslocamentos para o local de trabalho (Tabela 16) indicam que a relação entre o local de residência e o local de trabalho não é estreita. Cerca de três quartos da população recorrem aos meios de transporte para trabalhar.

Os que utilizam condução própria, 17,4%,⁽¹⁾ mencionaram como local de trabalho: Lapa, Pompéia, Água Branca, Perdizes, Sumaré, Pacaembu, Pinheiros; e, ainda, Avenida Paulista, Vila Mariana e Santo Amaro. Incluem-se, em geral, nas seguintes categorias ocupacionais: "vendedores", "motoristas" e "serviço por conta própria".

Os que utilizam ônibus, 49,8%, representam o maior percentual dos indivíduos fixados em Vila Palmeira e que trabalham na Lapa, Pompéia, Água Branca, Barra Funda e Centro; ou, em alguns casos, em Pirituba, Casa Verde e Santana.

A frequência daqueles que não utilizam condução, 26,6%, é expressiva quando se leva em conta que representam a força de trabalho absorvida no mercado local: Vila Palmeira e vilas próximas - Carolina, Siqueira, Itaberaba; o núcleo da Freguesia e Avenida Marginal.

Aqueles que declararam trabalhar em Vila Palmeira (18,3% em relação a N=207) incluem-se nas seguintes categorias ocupacionais: "serviço por conta própria", 47,3%; "white-collars" (prestação de serviços em geral), 21,3%; "operários qualificados", 15,7%; e "operários não-qualificados", 15,7%.

A existência de um mercado de trabalho local, em Vila Pal-

(1) O percentual daqueles que possuem automóvel, em relação a N=107, é 39,2%.

meira, representa antes um aspecto de sua integração ao espaço metropolitano, pois, a relação entre morar na vila e trabalhar na vila apresenta peso relativo. Vila Palmeira é sobretudo local de fixação. A maior significação dos deslocamentos para o local de trabalho demonstra que a fixação ao domicílio prevalece (Wilheim, 1965).

Vila Palmeira apresenta-se, portanto, como um espaço criado em diferentes momentos. Como resultado da expansão urbana da cidade de São Paulo constitui área periférica de função estritamente residencial, onde a princípio persistem traços semi-rurais, e que recebe uma população expulsa de áreas mais antigas de povoamento.

Esses primeiros moradores passam a constituir um grupo homogêneo na unidade coletiva que se estrutura, e na qual condições conjunturais possibilitaram que se tornassem proprietários. Por outro lado, as necessidades comuns quanto a equipamento urbano essencial também contribuem para que se organizem em um grupo diferenciado. Ademais, sua posição de "moradores antigos" lhes confere prestígio na comunidade local. A distribuição espacial da população em Vila Palmeira acompanha, de certa forma, a condição social de seus habitantes determinada principalmente em função do tempo de fixação: as residências dos "moradores antigos" estão melhor localizadas em relação ao sítio urbano.

A medida em que Vila Palmeira se estrutura como unidade coletiva, ocorre sua integração espacial à cidade. Conforme se processa a ocupação paulatina de seu espaço, participa diferentemente do espaço maior que a contém: primeiro, integrando a zona rural do Município de São Paulo; depois, enquadrando-se à zona suburbana; e, por último, incorporando-se à zona urbana.

À medida em que se processa a metropolização de São Paulo, Vila Palmeira como expressão de algo no conjunto maior sempre renovado, também se renova. Apresenta-se como um espaço da metrópole para o grupo formado pelos novos moradores e também como mercado de trabalho local. Entretanto, revela simultaneamente certos traços que a assemelham às cidades interioranas, alguns deles também presentes em décadas posteriores nas áreas de povoamento mais antigas da cidade de São Paulo: "os pontos-de-encontro" situados ao redor da igreja, uma vez que não existem praças, muito frequentados em fins-de-semana e feriados; a frequência às festas e quermesses promovidas no pátio da igreja; a existência de vendedores ambulantes de frangos vivos; a presença da "carrocinha" puxada a burro que vende carne a domicílio, anunciando sua chegada com a buzina "fon-fon"; o hábito de se comprar verduras nas hortas, diretamente de quem as cultiva.

VILA PALMEIRA: A COMUNIDADE RESIDENCIAL

1. As Relações Sociais.

Como unidade urbana Vila Palmeira apresenta limites nitidamente delineados e certa auto-suficiência; ademais, sua população mostra algumas características de homogeneidade. Esses aspectos lhe conferem certa especificidade e levam à consideração da existência de um sistema de comportamentos inerentes à vida social local, isto é, o sistema de vizinhança, compreendendo os contatos à base da proximidade local, e as relações sociais propriamente ditas, compreendendo as manifestações de participação na vida coletiva local.

O alto percentual daqueles que declararam manter estreitas relações com vizinhos, 87,9%, opõe-se àquele dos que declararam que as relações de vizinhança estão fundamentadas apenas em meras relações de coexistência exigidas pela proximidade local, 12,1%. Este último grupo inclui os indivíduos com tempo de fixação em Vila Palmeira inferior a três anos, e que representam 18,8% do total da amostra.

A intensidade dos contatos entre vizinhos expressou-se, também, entre as mães que trabalhavam fora,⁽¹⁾ e declararam deixar os filhos pequenos com vizinhos (60,0%), ou sob a responsabilidade dos irmãos mais velhos (40,0%), que deveriam eventualmente recorrer aos vizinhos.

Analisando os motivos secundários de fixação, verifica-se que a escolha de Vila Palmeira como local de moradia também ocorre devido à proximidade de parentes residindo na própria vila ou em vilas próximas. As relações de vizinhança intensificam-se, portanto, mescladas às relações familiares - o que se observa em geral nas resi-

(1) N= 20, representando 31,2% das mulheres que trabalham fora (N= 64).

dências coletivas, próprias ou alugadas, e entre os "moradores antigos". Por outro lado, a existência de parentes nas vilas próximas amplia a unidade de vizinhança a limites imprecisos. O fato de 20,8% da população apontar as vilas próximas e bairros vizinhos como último local de moradia (Tabela 3) expressa a extensão da unidade de vizinhança que, como vínculo, transcende a territorialidade.

Considerando as formas de lazer apresentadas, vê-se que a frequência aos "pontos-de-encontro", os jogos de cartas e a "sinuca" nas salas dos fundos dos bares, e as "peladas" nas ruas também contribuem para definir culturalmente a dimensão do papel do vizinho.

Como já se mencionou, o tempo médio de fixação corresponde a 12,5 anos, a expressividade do grupo formado pelos indivíduos fixados há mais de 20 anos (Gráfico I), a existência de deslocamentos dentro da própria vila (Tabela 3) constituem características da estabilidade da população de Vila Palmeira, a que se acrescenta o fato de mais da metade dos moradores residirem em casa própria. A intensidade de contatos entre vizinhos fundamenta-se, assim, na existência de um grupo local estruturado em função do tempo de fixação, onde as formas de convivência estão sedimentadas pelo conhecimento e pela cooperação - a ajuda recíproca, os empréstimos mútuos, as visitas e reuniões.

Dessa forma, Vila Palmeira caracteriza-se como grupo local, no que diz respeito à vida quotidiana, pela interpenetração das relações familiares e atividades relativas à vizinhança. Como unidade coletiva sua ligação com o espaço é imediata e fundamental; todavia, como grupo local extravasa sua territorialidade.

Os dados sobre participação em associações e opinião dos moradores sobre quem consideram trabalhar pela vila apresentam al-

guns aspectos relacionados à participação na vida coletiva local.

Em relação à participação em associações (Gráfico 4), foram consideradas aquelas encontradas em Vila Palmeira: "Sociedade de Amigos de Vila Palmeira", "Sport Club Corinthians de Vila Palmeira", as associações de pais e mestres da Escola Municipal de Primeiro Grau "Dr. Elias de Souza Cavalcanti" e da Escola Estadual de Primeiro Grau "Regente Feijó", e as associações religiosas representadas pela "Assembléia de Deus", "Igreja Evangélica" e "Igreja de São José de Vila Palmeira".

A frequência da participação nas associações de pais e mestres das escolas municipal e estadual é bastante retrita, 6,9%, principalmente quando se leva em conta que 21,6%⁽¹⁾ da população total da amostra situavam-se nas faixas etárias de 5 a 15 anos, correspondentes à idade escolar. As informações coletadas diretamente nas escolas indicaram que as convocações para reuniões obtêm comparecimento em ^{certas} festas cívicas e de encerramento do ano escolar. Na escola municipal a participação das mães é mais significativa, no que diz respeito à convocação para trabalharem em rodízio colaborando na limpeza e preparo da merenda escolar, e à frequência ao "clube de mães".

A participação na única associação esportiva de Vila Palmeira - o "Corintinha" - é de 4,2%. A perda do campo de futebol, desapropriado para a abertura da nova avenida, motivou a diminuição da participação, como se depreende da transcrição da entrevista efetuada com o presidente do "Sport Club Corinthians de Vila Palmeira", também antigo morador da vila:

"Este nosso clube foi fundado em 1º/5/1933. Já fomos campeão do setor e vice-campeão amador do estado'. . . Antes, havia tam-

(1) Cento e doze indivíduos, em relação a N= 517.

Participação dos Moradores em Associações Locais

bém o quadro juvenil e o dente-de-leite. Hoje, só temos um quadro. Com as desapropriações perdemos o nosso campo, que virou avenida. Fomos falar com o Secretário de Esportes da Prefeitura para conseguir um outro campo, no Jardim Tobias ou no Jardim Primavera, mas dois clubes mais novos já tinham passado à nossa frente. Acho que houve a mão de alguém nisso tudo, porque nós temos tradição. Nossa sede é este salãozinho, e além desses troféus que estão aqui, muitos outros estão em exposição no bar da esquina para todo mundo ver. Hoje, temos uns duzentos sócios, todos gente antiga daqui. Temos problemas de lugar para treino e gastos de condução para ir jogar fora. Sei que vão fazer vários centros recreativos em Itaberaba mas o Corintinha, aqui, agora só é lembrado em época de eleição. Daí, mandam cabos eleitorais para cá. A rapaziada daqui precisa de área de lazer. Na vila não há praça e o nosso campo era muito frequentado."

O maior percentual de participação na vida coletiva local encontra-se relacionado à frequência à Igreja de São José. A frequência às duas outras associações religiosas, consideradas em conjunto, representa 6,7%. Em comparação à igreja católica - a primeira associação existente em Vila Palmeira - a "Assembléia de Deus" e a "Igreja Evangélica" estabeleceram-se recentemente e são frequentadas principalmente por pessoas procedentes de modo indiferenciado de Santana, Casa Verde, Itaberaba, Moinho Velho, Pirituba e Iapa. Por outro lado, a Paróquia de São José incorpora, além de Vila Palmeira, os núcleos de Jardim São Marcos, Jardim do Russinho, Jardim Maria Luísa, Vilas Olga, Aguiar, Carbone e parte de Vila Carolina. Portanto, as associações religiosas de Vila Palmeira não constituem associações locais "stricto sensu".

A participação na "Sociedade de Amigos de Vila Palmeira", 5,6%, é muito pouco significativa, estatisticamente. Todavia, esse bai

o nível de participação é expressivo quando se consideram certos aspectos relativos à fundação dessa associação.

A "Sociedade de Amigos de Vila Palmeira" foi fundada em 1970, através da iniciativa dos primeiros moradores, re-presentando principalmente a necessidade de se organizarem formalmente para propor junto aos representantes do Poder Público as reivindicações de necessidades comuns relacionadas em geral a equipamento urbano prioritário.

Os primeiros moradores de Vila Palmeira sempre reivindicaram serviços básicos aos representantes do Poder Público. Exemplos disso são as "listas de assinaturas" angariadas para demonstrar a real carência de determinados serviços básicos, e os "bilhetinhos" conseguidos junto a políticos influentes que visavam a assegurar a rápida implantação das melhorias pretendidas.

A extensão das linhas de ônibus, a rede de iluminação pública, a instalação do único telefone público existente, a colocação de guias, a dragagem periódica do Rio Cabuçu representam os serviços básicos obtidos através de iniciativa local desde o início da ocupação de Vila Palmeira, caracterizando principalmente o período de 30/60. Essas manifestações de ação coletiva expressam, também, a articulação em torno de líderes políticos e, no caso de Vila Palmeira, as comissões de moradores organizados para a obtenção de serviços básicos e melhoramentos do equipamento urbano constituem o prolongamento do diretório local do Partido Social Progressista (PSP). Lembre-se que as Sociedades de Amigos dos Bairros apareceram sobretudo na década de 50, "um período de intensa mobilização política, em que tanto os partidos como as lideranças populistas disputavam as preferências da população" (Camargo e outros, 1976: 117).

A partir de meados da década de 60, as reivindicações como

forma de expressão da iniciativa local diluem-se à medida em que se tornam mais complexos os organismos de planificação urbana. As instituições municipais passam a considerar as reivindicações locais como problemas técnicos relacionados a implantação e melhoria do equipamento urbano. Em Vila Palmeira, o asfaltamento e calçamento das ruas, a instalação definitiva da rede de águas e esgotos e as recentes modificações da paisagem urbana, com as obras de urbanização do Cabuçu, constituem exemplos de serviços urbanos que não foram implantados à base de reivindicações locais, mas em virtude de decisões de órgãos técnicos governamentais.

A história do Sr. Ângelo (48 anos, funcionário da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos - CMTC) exprime, de certa forma, as transformações que afetaram as manifestações da iniciativa local. Nascido no Brás, fixou-se em Vila Palmeira há 26 anos, após seu casamento com uma moradora da Água Branca. "Quando eu vim para cá, Vila Palmeira era um lugar onde já existiam certas melhorias, e o pessoal trabalhava pelo lugar. Aqui, quase todo mundo tem casa própria e inquilinos. Eu mesmo tenho três casas de aluguel. Quando era motorista da CMTC, fiz as linhas V. Carolina/Cidade, Pompéia/Vila Palmeira, e Vila Palmeira/Cidade. Quando as linhas de ônibus não funcionavam direito, todo mundo reclamava lá na companhia. Hoje, sou inspetor da CMTC e não vejo ninguém reclamar lá, que a condução não funciona. Todo mundo se queixa e fica assim mesmo. Quando eu trabalhava na linha Pompéia/Palmeira, fecharam as porteiras da linha de trem. Tinha que dar a volta pela Lapa, ou pela Barra Funda e sair na Casa Verde, depois no Limão, para chegar aqui. Um trajeto de poucos minutos demorava mais de uma hora. E as pessoas reclamavam para conseguir alguma coisa. Hoje, como ninguém votou na últimas eleições é esse oportunismo. A 'Sociedade de Amigos' daqui não funciona. Foi

fundada por nós mesmos, moradores antigos; e não participamos mais. O presidente também é morador velho daqui, mas está afastado de nós. Vila Palmeira cresceu e tem muitos problemas, porque a cidade cresceu demais. Hoje, há muita gente nova morando aqui; tem essa favela que não é formada por maus elementos, mas pelas famílias que foram desapropriadas quando o governo resolveu fazer as obras da avenida. A 'Sociedade de Amigos' não consegue resolver o problema da favela. Nem o problema da creche, porque as mães da Vila que trabalham fora precisam de uma creche onde deixar os filhos. Outro problema é o perigo dos assaltos. Os jovens daqui estudam à noite em Vila Siqueira; voltam depois das 11 horas, a pé, e há muitos assaltos pelo caminho. O governo ajuda aqueles que precisam traba - lhar e querem continuar estudando, e faz a escola noturna, mas não cuida de policiamento para a segurança dos alunos e dos moradores dos bairros. Aqui, também não se cuida do asfaltamento. Fizeram o asfalto e arrebentaram não sei quantas vezes. E a 'Sociedade de A - migos de Vila Palmeira' não toma providências".

Verifica-se, assim, que os "moradores antigos" gradualmente passaram a não aceitar a atuação de uma organização que, apesar de por eles próprios instituída com o propósito de expressar as reivindicações locais, absorve as iniciativas pessoais e funciona como agente de mediação entre os moradores e a Administração Regional da Freguesia do Ó, órgão que representa a descentralização da organização municipal.

Analisando os dados relativos a opinião sobre pessoas que trabalham por Vila Palmeira (Tabela 17), observa-se que as frequên - cias mais significativas são aquelas das categorias "ninguém tra - balha pela vila" (30,9%) - expressiva principalmente nos interva - los correspondentes a menor tempo de fixação em Vila Palmeira - e "não sabe" (48,6%) - expressiva em quase todas as classes relati -

Participação nos Meios de Comunicações de Massa

(Frequência dos que dizem assistir TV, ouvir rádio e ler jornais e revistas)

% de participação em cada categoria em relação ao total (N=107).

vas a tempo de fixação. A maioria dessas respostas corresponde a opiniões que refletem, principalmente, a pequena participação dos moradores mais antigos no que se refere à mobilização quanto a reivindicações locais, e o pequeno interesse manifesto ao nível formal da vida coletiva pelos moradores fixados mais recentemente.

As respostas relativas às categorias "Sociedade de Amigos de Vila Palmeira" (2,8%) e "Prefeitura" (3,7%) apresentam-se quase equivalentes. A primeira mostra-se mais expressiva nas respostas dos indivíduos fixados há mais de 18 anos, e a segunda, naquelas onde o tempo de fixação é menor. Diga-se que tais categorias representam, ainda, que quem se considera trabalhar pela vila não são pessoas, mas instituições.

As respostas onde foram nomeados moradores de Vila Palmeira - o padre, o farmacêutico, o senhorio ou o próprio informante - são pouco significativas, totalizando 5,6% das respostas. Aquelas que mencionaram o presidente da Sociedade de Amigos de Vila Palmeira (8,9%) expressam, de um lado, a pouca participação dos moradores mais antigos nessa associação, e de outro, a maior identificação com a pessoa do presidente - também antigo morador e sempre designado pelo nome - do que com a associação em si, mencionada em apenas 2,8% das respostas.

Quanto à participação nos meios de comunicação de massa, verifica-se que Vila Palmeira encontra-se plenamente integrada à vida da metrópole, ou à vida mais ampla da cidade. Os altos percentuais dos que assistem televisão⁽¹⁾ (89,9%), ouvem rádio⁽²⁾ (78,5%), lêem jornais (62,6%), e revistas (56,1%), expressam formas de participação que -

(1) 91,6% da população da amostra possuem aparelhos de televisão
 (2) 86,6% da população da amostra possuem rádio.

TEMPO DE FIXAÇÃO NA VILA E OPINIÃO SOBRE PESSOAS QUE CONSIDERAM TRABALHAR POR VILA PALMEIRA

QUEM TRABA- LHA PELA VILA \ TEMPO NA VILA	ATÉ 3	3 — 6	6 — 9	9 — 12	12— 15	15— 18	18— 21	21— 25	25 —	NÃO DECLARA OU NÃO SABE	TOTAL N %	
NINGUÉM	9	5	4	5	-	1	1	6	1	1	33	30,9
"EU MESMO"	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,9
NÃO SABE	9	6	8	2	3	3	2	6	8	5	52	48,6
S.A.V.P.	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	3	2,8
A PREFEITURA	1	1	-	2	-	-	-	-	-	-	4	3,7
O PRESIDENTE DA S.A.V.P.	1	-	1	1	-	2	-	4	-	-	9	8,9
ALGUÉM EM PARTICULAR	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2	1,9
O PADRE	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	3	2,8
TOTAL	N	20	12	14	10	4	7	5	19	9	7	107
	%	18,7	11,2	13,1	9,4	3,7	6,5	4,7	17,8	8,4	6,5	100%

Observações:

Ponto médio da última classe: 28 anos.

S.A.V.P. (Sociedade de Amigos de Vila Palmeira).

* O farmacêutico e o senhorio.

tidiana na vida urbana (Gráfico 5).

A predominância de contatos sociais informais, intensificados pela interpenetração de relações familiares e de vizinhança, a reduzida participação em associações locais e o alto nível de participação nos meios de comunicação de massa indicam que em Vila Palmeira - área periférica integrada à metrópole - o grupo local encontra-se fragmentado em grupos de vizinhança e prevalecem as formas de sociabilidade fundamentadas na proximidade residencial.

2. As Aspirações dos Moradores

No processo de estruturação de Vila Palmeira como unidade coletiva, as reivindicações locais fundamentavam-se essencialmente nas carências de equipamento urbano básico, cuja implantação ocorreu gradualmente - primeiro, como resultado da ação conjugada dos moradores e, no presente, através dos organismos de planificação urbana. Dessa forma, as aspirações da população de Vila Palmeira referem-se primordialmente a necessidades relacionadas a equipamento urbano, na medida em que para seus moradores a vila apresenta-se como local de residência e unidade de consumo de bens, valores e serviços, ao mesmo tempo que constitui uma representação territorial consciente.

Analisando os dados referentes às opiniões dos moradores de Vila Palmeira sobre os serviços urbanos que consideram faltar (Tabela 18), verifica-se que o tempo de fixação na vila e a posse da casa própria constituem as variáveis determinantes da manifestação de maior interesse local.

Em relação aos que possuem casa própria, as opiniões registram-se em todas as classes correspondentes a tempo de fixação, e

OPINIÃO DOS MORADORES DE VILA PALMEIRA SOBRE SERVIÇOS URBANOS QUE CONSIDERAM FALTAR, SEGUNDO TEMPO DE FIXAÇÃO E CONDIÇÃO DE USO DA MORADIA

Servi- ços Tempo na Vila	Serviços Públicos	Serviços de Saúde	Parque Infantil	Comércio	Ônibus	Semáforo	Diversões em geral	Polícia- mento	Bancos	Remoção da Favela	Escolas	Assisten- te Social	Nenhum
Até 3	1	-	2	1	3	-	-	-	1	1	1	-	1
3— 6	-	1	1	2	2	1	1	-	-	-	-	-	-
6— 9	1	2	-	1	3	-	2	2	1	-	-	-	1
9— 12	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-
12— 15	2	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1
15— 18	3	1	1	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-
18— 21	1	-	2	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
21— 25	5	2	2	1	7	-	3	-	2	-	-	-	1
25—	2	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	2
Não Declara	1	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-	1
SUB- TOTAL	17 28,3	8 13,3	9 15,0	6 10,0	22 36,7	1 1,7	9 15,0	5 8,3	5 8,3	2 3,3	1 1,7	2 3,3	7 11,7
Até 3	3	1	-	-	2	1	2	-	-	-	-	-	7
3— 6	5	1	-	1	3	-	2	-	-	-	-	-	2
6— 9	2	1	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	1
9— 12	4	1	1	-	-	1	1	2	1	-	-	-	2
12— 15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
15— 18	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	1
18— 21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21— 25	1	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-
25—	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Declara	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
SUB- TOTAL	17 36,2	5 10,6	1 2,1	1 2,2	10 21,3	2 2,5	6 12,8	5 10,6	1 2,1	-	1 2,1	-	15 31,9
TOTAL N	34	13	10	7	32	3	15	10	6	2	2	2	22
%	31,8	12,1	9,3	6,5	29,9	2,8	14,0	9,3	5,6	1,9	1,9	1,9	20,6

OBSERVAÇÕES: 1) Sub-totais: % em relação aos 60, que possuem casa própria,

% em relação aos 47, que não moram em casa própria.

2) % em relação a N = 107, em cada classe referente a serviços que consideram faltar em Vila Palmeira, desde que houve mais de uma resposta por informante.

3) Em "Serviços Públicos" estão incluídos serviços de: esgotos, pavimentação, telefone público, iluminação pública, água encanada.

4) Em "Serviços de Saúde" estão incluídos: hospital, médico e dentista.

5) Ponto médio da última classe: 28 anos.

as aspirações em relação à vila acentuam-se como manifestação de interesse entre aqueles fixados há mais de 20 anos. Para aqueles que não possuem casa própria, as opiniões registradas concentram-se nas classes correspondentes a menor tempo de fixação.

As respostas que expressam as frequências mais significativas são aquelas das categorias referentes a "Ônibus" e "Serviços Públicos" - aqui correspondendo a serviços de infra-estrutura: água e esgoto, pavimentação, telefone público e iluminação pública. Constituem opiniões que exprimem sobretudo o desejo de maior eficiência e produtividade de serviços urbanos já implantados. Em relação ao total de respostas, essas categorias apresentaram respectivamente os percentuais de 29,9% e 31,8%.

As demais opiniões referem-se a categorias que expressam as aspirações da população em relação à qualidade de vida, valorizando determinados aspectos peculiares à vida metropolitana, e o nível de satisfação quanto ao equipamento urbano existente.

Considerando as aspirações relativas a lazer, serviços de saúde e policiamento, observa-se sua significação tanto para os que são "proprietários" - categoria onde as percentuais são, respectivamente, 15,0%, 13,3% e 8,3% - como para aqueles que compõem o grupo dos "inquilinos" - onde as frequências registradas são, respectivamente, 12,8%, 10,6% e 10,6%.

Por sua vez, para os que possuem casa própria a instalação de parque infantil (15,0%), a extensão do equipamento comercial quanto a variedade e qualidade (10,0%) e o estabelecimento de agências bancárias⁽¹⁾ (8,3%) constituem aspirações relacionadas à ampliação do equipamento urbano local, que apresentam maior grau de expressivi-

(1) Em Vila Palmeira não existem estabelecimentos bancários, desde o recente encerramento das atividades de uma agência da Caixa Econômica Federal.

dade em relação àquelas que residem em casas alugadas - onde as frequências registradas nas mesmas categorias foram, respectivamente, 2,1%, 2,2% e 2,1%.

As demais categorias, "Semáforo", "Assistente Social" "Escolas"⁽¹⁾ e "Remoção da Favela"⁽²⁾ representaram reduzida significação, e foram incluídas como expressão de opiniões diversificadas.

As respostas que evidenciaram satisfação quanto ao equipamento urbano existente correspondem àquelas onde se declarou não faltar à vila quaisquer serviços urbanos (20,6%). Verificase, nessa categoria, a maior expressividade das respostas daqueles que não possuem casa própria e fixaram-se mais recentemente (31,9%), em oposição ao grupo dos "proprietários" (11,7%), onde o maior nível de satisfação encontra-se entre aqueles fixados há mais de 20 anos.

As aspirações dos moradores de Vila Palmeira em relação às condições materiais de vida expressam atitudes que revelam expectativas de comportamento "modernas", caracterizando-se como aspirações dos habitantes de uma metrópole. A existência de serviços de infra-estrutura que preenchem os requisitos mínimos de satisfação demonstra que as necessidades dos moradores de Vila Palmeira relacionam-se mais ao conjunto da organização urbana do que à própria unidade urbana definida pela vila.

O nível de satisfação dos moradores também encontra expressão quando se consideram as aspirações relacionadas a mudança ou permanência em Vila Palmeira (Tabela 19).

Considerando a categoria dos que têm casa própria, obser-

(1) Existem, em Vila Palmeira, duas escolas oficiais de primeiro grau - municipal e estadual.

(2) A remoção da favela correspondeu a apenas dois eventos, na categoria "Casa Própria".

ASPIRAÇÕES: ONDE GOSTARIA DE MORAR, SEGUNDO CONDIÇÃO DE MORADIA E TEMPO DE FIXAÇÃO

LUGAR		NO MESMO LUGAR	EM OUTRO BAIRRO	EM OUTRA CIDADE	EM OUTRO ESTADO	NÃO SABE	TOTAL
TEMPO NA VILA (ANOS)							
TEM CASA PRÓPRIA	ATÉ 3	2	3	-	-	1	10% 6
	3 — 6	1	2	-	-	-	5% 3
	6 — 9	4	3	1	-	1	15% 9
	9 — 12	1	1	-	-	-	3,3% 2
	12 — 15	-	2	1	-	-	5% 3
	15 — 18	1	3	-	-	-	6,7% 4
	18 — 21	2	2	1	-	-	8,3% 5
	21 — 25	6	5	-	-	4	25% 15
	25 —	5	2	1	1	-	15% 9
	NÃO DECLARA	2	1	1	-	-	6,7% 4
	SUB-TOTAL	24 40%	24 40%	5 8,3%	1 1,7%	6 10%	60 100%
NÃO TEM CASA PRÓPRIA	ATÉ 3	7	4	1	-	2	29,8% 14
	3 — 6	1	6	1	-	1	19,1% 9
	6 — 9	-	4	-	1	-	10,6% 5
	9 — 12	2	4	2	-	-	17,1% 8
	12 — 15	-	-	-	-	1	2,1% 1
	15 — 18	-	2	1	-	-	6,4% 3
	18 — 21	-	-	-	-	-	0
	21 — 25	1	1	1	-	1	8,5% 4
	25 —	-	-	-	-	-	0
	NÃO DECLARA	1	-	1	-	1	6,4% 3
	SUB-TOTAL	12 25,5%	21 44,7%	7 14,9%	1 2,1%	6 12,8%	47 100%
T O T A L N		36	45	12	2	12	107
%		33,6	42,1	11,2	1,9	11,2	100%

OBSERVAÇÕES:

- 1) Em "Outra Cidade", estão incluídas apenas cidades do Estado de São Paulo.
- 2) Ponto Médio da última classe de tempo: 28 anos.

va-se o equilíbrio entre os que desejam permanecer na vila (40,0%), e os que gostariam de morar em outros bairros (40,0%), equilíbrio que se mantém em quase todas as classes correspondentes a tempo de fixação. A mudança de cidade apresenta-se pouco expressiva (8,3%), bem como a mudança de estado (1,7%), o que reforça a significação de permanecer na cidade de São Paulo.

Para a categoria integrada por aqueles que não possuem casa própria, não só é desejada a mudança de bairro (44,7%), como também é mais expressiva a aspiração a mudança de cidade (14,9%). A permanência na própria vila (25,5%) é representativa nas classes correspondentes a menor tempo de fixação - menos de 3 anos. A aspiração a mudança de estado (2,1%) também é pouco expressiva, e em ambas as categorias correspondeu sempre à aspiração de retorno ao lugar de origem.

Considerando ambas as categorias, verifica-se que a mudança para outro bairro (44,7%) é mais desejada do que a permanência na vila (33,6%).

Entre aqueles que possuem casa própria e desejam mudar para outro bairro, a mudança corresponde também à aspiração de mobilidade vertical. Os bairros da cidade de São Paulo apontados como local de moradia ideal foram, em ordem decrescente de importância: Lapa, Pompéia, Pinheiros, Perdizes, núcleo da Freguesia do Ó e Itabereba.

A mudança de bairro para aqueles que não possuem casa própria corresponde, em geral, ao desejo de morar próximo à família ou em locais onde as condições de equipamento urbano são consideradas superiores à Vila Palmeira. Os bairros indicados foram, em ordem decrescente de importância: núcleo da Freguesia, Lapa, Itabereba, Limão, Rirituba e Barra Funda.

Registrou-se, ainda, a aspiração de mudança dentro da pró

pria vila, dentre aqueles residentes na porção elevada de Vila Palmeira - onde predominam as casas alugadas e onde os serviços urbanos são mais deficientes - que expressaram o desejo de "mudar lá para baixo".

A predominância das aspirações de mudança indica que Vila Palmeira constitui local de residência por se apresentar como unidade do espaço metropolitano. Sua escolha como local de fixação prende-se a uma situação conjuntural, e representa uma realidade mais forte para aqueles que possuem casa própria e estão fixados há mais tempo.

C O N C L U S ã O

A proposta deste trabalho foi o estudo de uma unidade do espaço metropolitano como expressão de vida urbana, forma de organização social do espaço e unidade coletiva territorial que configura relações sociais determinadas ou integra formas de sociabilidade, constituindo nível intermediário entre o indivíduo e a coletividade urbana.

Para a apreensão do problema em nível empírico foi escolhido um núcleo da cidade de São Paulo, Vila Palmeira, que surgiu do processo de expansão urbana da capital, e hoje integra o Subdistrito da Freguesia de Nossa Senhora do Ó.

Com a concentração do capital na cidade de São Paulo e o crescimento da economia urbana acelerou-se o crescimento da cidade que constitui, assim, o reflexo dos processos de crescimento econômico, acumulação de capital e desenvolvimento das forças produtivas.

A valorização artificial dos terrenos nas áreas de povoamento mais antigas da cidade provocou o deslocamento de populações para as áreas disponíveis da periferia. A especulação imobiliária, representando a expressividade do setor privado da economia e a omissão do poder público, levou à ocupação desordenada do solo, oferta de terrenos superior à demanda dos habitantes e, ainda, aos desníveis entre a demanda e oferta de serviços públicos de infraestrutura.

Vila Palmeira é um dos inúmeros núcleos que surgiram do loteamento de antigas chácaras, resultado de processo de expansão urbana da capital e da forma especulativa de ocupação do solo urbano. A incorporação de áreas rurais contíguas caracterizou sobretudo o período de 30/40, dando origem a novas formas de agregação da população urbana - "vilas", "parques" e "jardins" - situadas nas áreas periféricas

disponíveis e gradualmente incorporadas à cidade de São Paulo.

O processo de formação e ocupação de Vila Palmeira é, portanto, parte do próprio processo de desdobramento do espaço urbano. Do loteamento da antiga "Chácara dos Guedes" surgiu o núcleo de Vila Palmeira ocupado por uma população de baixa renda, que aí se fixou buscando melhores condições de vida, ou seja, a possibilidade de residir em casa própria.

Analisando as características da população de Vila Palmeira, verifica-se a existência de um grupo homogêneo e diferenciado formado pelos moradores antigos e procedente, em geral, não só da cidade de São Paulo como também do próprio interior do Estado de São Paulo. De sua mobilidade espacial, como um contingente populacional expulso de áreas de povoamento mais antigas e valorizadas, decorre sua mobilidade social à medida que se integram ao novo meio onde se fixaram.

O grupo dos primeiros moradores, estabelecidos em Vila Palmeira desde o início de sua ocupação, organizou-se em torno de necessidades comuns representadas pela carência de equipamento urbano, com o propósito de obtenção de serviços básicos. Sua estruturação como "grupo local" corresponde à própria estruturação de Vila Palmeira como unidade coletiva. O novo contingente populacional que se fixou a partir de 1960 - outro momento do processo de metropolização de São Paulo - representa a "gente nova", indivíduos que chegaram após a integração de Vila Palmeira à cidade de São Paulo.

Em ambos os grupos encontram-se certas características de homogeneidade quanto a nível de renda, escolaridade e ocupação. As diferenças entre os moradores antigos e os novos moradores resi -

dem principalmente na maior participação dos primeiros no processo de estruturação de Vila Palmeira como unidade coletiva e na posse da casa própria. Os moradores antigos são, em geral, proprietários; e os novos moradores, seus inquilinos. Como principal motivo de fixação foi a oferta de terrenos a baixo preço, a casa própria apresenta-se como um bem diferenciado; os moradores antigos tornaram-se ainda proprietários de casas de aluguel em virtude de condições conjunturais encontradas no processo de ocupação de Vila Palmeira.

Analisando as características da unidade domociliar, a residência coletiva aparece como um tipo de uso da moradia que corresponde a um "modo urbano de morar" e, no caso de Vila Palmeira, não implica necessariamente em condições precárias de habitação. A maior demanda de habitações ocorre com a chegada dos novos moradores e com as desapropriações para a execução de obras públicas. A valorização imobiliária e a alta dos aluguéis conduzem à especulação local, ao que respondem as residências coletivas.

Por outro lado, o grupo dos antigos moradores detém prestígio local. É significativo que os novos moradores expressem a aspiração de "mudar para baixo", ou seja, para a porção do sítio urbano de Vila Palmeira onde as condições são consideradas melhores e predominam as residências dos moradores antigos. Portanto, a disposição espacial das habitações também reflete a condição social dos habitantes em Vila Palmeira, reproduzindo um padrão engendrado pelo processo de crescimento da metrópole e representando uma particularidade que remete à situação das condições mais gerais da formação econômico-social.

A estruturação de Vila Palmeira como unidade coletiva corresponde a seu processo de integração à cidade de São Paulo. À medida

que passa a participar do espaço maior, perde gradualmente sua significacão como área periférica, ainda que como característica este traço possa continuar a persistir dependendo da ótica sob a qual é considerada.

Para os novos moradores constitui área integrante do espaço metropolitano. É essencialmente um meio (milieu) urbano, e caracteriza-se principalmente como local de residência da força de trabalho e unidade de consumo de bens, valores e serviços.

Para os antigos moradores representa, em certo sentido, uma comunidade local, onde persistem certos traços tradicionais: os pontos de encontro, as festas da igreja, as formas de convivência quotidiana.

Vila Palmeira revela-se, outrossim, como um espaço criado em diferentes momentos. Caracterizou-se, inicialmente, como local de fixação, ou seja, sua função era basicamente residencial. Hoje, como espaço integrante da metrópole apresenta-se como área de uso predominantemente residencial onde se encontram zonas de uso predominantemente industrial. Ademais, como unidade urbana não pode polarizar todos os aspectos da existência urbana, dependendo dos centros tradicionais de dominância da cidade.

Como unidade urbana, Vila Palmeira apresenta limites nitidamente delineados e estrutura interna. Como unidade coletiva, sua composição é ao mesmo tempo espacial e social, constituindo agrupamento de pequena magnitude que se inscreve no espaço metropolitano e cuja população apresenta algumas características de homogeneidade. Como agregado humano, fixado em um espaço determinado apresenta certa auto-suficiência. Portanto, caracteriza-se de certa forma como unidade ecológica onde se verifica a existência de um sistema de comportamentos específicos à vida social local, ou seja, o sis

tema de vizinhança compreendendo os contatos à base da proximidade local, ou vínculo territorial, e as relações sociais propriamente ditas.

Se a ligação de uma unidade coletiva com o espaço é imediata e fundamental, é a unidade residencial que define sua existência através das relações de vizinhança. A vizinhança é fenômeno generalizado nas diferentes formas de vida coletiva, onde o sentimento de localidade é a atitude de ligação, o vínculo entre as unidades residenciais, caracterizando um grupo primário ou relações informais.

Em Vila Palmeira, o grupo local encontra-se fragmentado nos grupos de vizinhança, e a interpenetração das relações familiares e de vizinhança formam um "continuum", estendendo o grupo local a núcleos ou unidades urbanas contíguas, cujas condições de formação e estruturação são semelhantes. Dessa forma, o espaço geométrico e o espaço social não são coincidentes.

A participação dos moradores nas associações locais é reduzida, tanto em relação à frequência da participação em si, como em função do reduzido número de associações locais existentes. Por outro lado, o acesso aos meios de comunicação de massa é bastante intenso, o que indica alto nível de participação na "vida urbana mais ampla" (Cardoso, 1975).

A época do início de sua ocupação e durante sua estruturação como unidade coletiva, os desníveis entre a demanda e a oferta de serviços urbanos apresentavam-se em Vila Palmeira como deficiências que se refletiam ao nível de reivindicações locais. A carência de equipamento urbano polarizava a iniciativa local movendo os moradores à ação coletiva, e os mecanismos de ajuda mútua e solidariedade concorreram para a fixação e adaptação dos indivíduos ao novo meio. À medida que os serviços urbanos foram gradualmente im -

plantados, ocorreu a paulatina diluição da ação conjugada dos moradores. A fixação de um novo contingente populacional e a integração aos modos de vida da metrópole concorreram para a ruptura da coesão inicial. Por outro lado, se anteriormente as reivindicações locais expressavam real carência de equipamento urbano, hoje as aspirações dos moradores em relação a Vila Palmeira correspondem a atitudes que expressam novas necessidades relacionadas à qualidade de vida e à maior sofisticação e complexidade de expectativas quanto à vida urbana.

A organização da Sociedade de Amigos de Vila Palmeira, por sua vez, representou a institucionalização da iniciativa local face às modificações da organização municipal e do processo de gestão que afetaram o exercício do poder em nível local. Os moradores antigos não se organizavam formalmente porque o acesso aos representantes do Poder Público era direto, através da articulação em torno de dirigentes políticos locais. Atualmente, as reivindicações locais apresentam-se como problemas técnicos cuja resolução cabe aos diferentes organismos de planificação urbana. A Sociedade de Amigos de Vila Palmeira substitui as iniciativas pessoais e constitui uma instância mediadora nas relações entre a população local e órgãos criados pela nova organização municipal fundamentada na descentralização. Para os moradores antigos reivindicar melhorias através dessa associação não expressa uma participação efetiva. Para os novos moradores, a participação em nível local através de uma associação voluntária não apresenta significação como prática social de uma população fixada em meio urbano.

Para seus moradores Vila Palmeira apresenta-se, portanto, como comunidade local e meio urbano. Como unidade coletiva e grupo local sua significação é reduzida. As relações familiares e de vizinhança

nhança não constituem uma ligação direta com a coletividade urbana, nem um pólo da existência urbana. Entre a unidade residencial e a coletividade urbana - dois pólos essenciais na vida dos habitantes de Vila Palmeira - não existe um nível intermediário verdadeiramente sólido, pois a vida local e as relações de vizinhança não desempenham verdadeiramente uma função coletiva e tampouco configuram grupos de função social urbana. Como fator de integração coletiva possuem força limitada, pouco contribuem para reforçar o sentimento de pertencer a um grupo local e intensificar a consciência coletiva e carecem de especificidade, pois, integram um sistema de integração generalizada.

Os grupos intermediários entre o indivíduo e a coletividade urbana correspondem a instituições sociais: a família, os grupos profissionais, as igrejas, as associações voluntárias e os grupos de afinidade. Nenhum deles desempenha um papel essencialmente urbano. Sofrem a ação da vida urbana e não deixam de influir na vida coletiva; podem estar contidos em uma unidade urbana, mas não estão necessariamente integrados à base de vínculo territorial.

Como meio urbano, Vila Palmeira apresenta especificidade espacial que se encontra implicitamente ligada a um contexto ecológico e a um conteúdo cultural. As formas de sociabilidade que aí se encontram espacialmente integradas expressam formas de vida social que correspondem à prática de habitar em uma unidade urbana. Por outro lado, essas formas de sociabilidade constituem fatores de base da estrutura urbana e respondem à lógica da formação social da qual emanam.

A estrutura urbana é um sistema social organizado e Vila Palmeira define-se como elemento menor desse sistema, mas não como elemento necessariamente básico. O fato de se apresentar pa-

ra seus moradores como uma representação territorial consciente deve-se às características de seu processo de formação e às peculiaridades de sua estruturação como unidade coletiva em relação a um certo uso do espaço.

B I B L I O G R A F I A

- AB'SABER, Aziz N. - Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., 1957.
- ARCHIVO DA CURIA METROPOLITANA - "Capella Erecta em Freguezia de Nossa Senhora do Ó."
- AZEVEDO, Aroldo de - Subúrbios Orientais de São Paulo. Edição do Autor, São Paulo, 1945.
- A Cidade de São Paulo. Cia. Editora Nacional/Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1958.
- BARAF, José (org.) - Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Locais.
- BARRQ, Máximo - "O Bairro de Nossa Senhora do Ó". Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Cultura, 1977.
- BERLINCK, M.T. - Marginalidade e Relações de Classe em São Paulo. Ed. Vozes, Petrópolis, 1975.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira e outros - "São Paulo 1975 - Crescimento e Pobreza", Edições Loyola, 1976.
- CARDOSO, Fernando H. e outros - Cultura e Participação na Cidade São Paulo. CEBRAP, Caderno nº 14, São Paulo, 1975.
- CASTELLS, M. - Problemas de Investigación en Sociología Urbana. Siglo XXI Argentina Editores S/A, Buenos Aires, 1972.
- La Question Urbaine. François Maspero, Paris, 1975.
- CHOMBART DE LAWE, P.H. - Aspirations, Revendications et Conflicts, in "Sociologie des Mutations", organizado por Georges Balandier, Éditions Anthropos, Paris, 1970.
- CLAVAL, Paul - Essai sur l'évolution de la Géographie Humaine. Annales Littéraires de l'Université de Besançon. Les Belles Lettres, Paris, 1976.
- COING, Henri - Rénovation Urbaine et Changement Social. Les Éditions Ouvrières, Paris, 1966.
- DEAN, Warren - A industrialização de São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- DURHAM, Eunice R. - A Caminho da Cidade. Editora Perspectiva/USP, São Paulo, 1973.
- EISENSTADT, S.N. - Models of Modernization and Development: with possible application to Latin America.
- Seminário sobre Indicadores Sociais do Desenvolvimento Nacional na América Latina.
- International Social Science Council, Instituto Universitário de Pesquisas, Rio de Janeiro, 1972.

- ENGELS, F. - A questão do alojamento. Porto, 1970, Cadernos D. Quixote.
- FERNANDES, Florestan - Comunidade e Sociedade. Editora Nacional/USP, São Paulo, I Vol., 1972 - II Vol., 1973.
- "GAZETA DE ITABERABA" (Jornal do Bairro da Freguesia do Ó) Ano I e Ano II.
- GERMANI, Gino - Sociología de la Modernización. Estudos Teóricos, Metodológicos Aplicados a América Latina. Ed. Paidós, Buenos Aires, 1971.
- GEORGE, Pierre - L' Environment. Que Sais-Je? - PUF, Paris, 1973.
- HAWLEY, Amos H. - Human Ecology. A Theory of Community Structure. The Ronald Press Company. New York, 1950.
- HUTCHINSON, B. - Mobilidade e Trabalho. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP - MEC, Rio de Janeiro, 1960.
- LEDROUT, Raymond - Sociologia Urbana. Ed. Forense, Rio de Janeiro - São Paulo, 1971.
- El Espacio Social de la Ciudad. Amorrortu Ed., Buenos Aires, 1974.
- LEFÈBVRE, Henri - O Direito à Cidade. Ed. Documento Ltda., São Paulo, 1969.
- La Pensée Marxiste de la Ville. Casterman, Belgique, 1972.
- LANGENBUCH, J.R. - A Estruturação da Grande São Paulo. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1971.
- MANN, Peter H. - An Approach to Urban Sociology. Routledge and Kegan Paul, London - 1965.
- MORSE, Richard - Formação Histórica de São Paulo: Difel, São Paulo, 1970.
- Investigación Urbana Latino-Americana: Tendencias y Planteos. Ed. SIAP, Buenos Aires, 1971.
- MUMFORD, Lewis - The Culture of Cities. Harcourt, Brace, Jovanovich Inc., New York, 1970.
- PEREIRA, Luís - A Escola numa área metropolitana. Pioneira, São Paulo, 1967.
- Urbanização e Subdesenvolvimento (Org.) Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
- POCHE, Bernard - Modes de Production et Structures Urbaines. Espaces et Sociétés, nº 16, Nov., 1975, pp-15/30, Ed. Anthropos, Paris.
- PINHEIROS - Estudo Geográfico de um Bairro Paulistano. Ed. da USP, 1963.

PRADO JÚNIOR, Caio - O Fator Geográfico na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo, in "Evolução Política do Brasil e Outros Estudos". Ed. Brasiliense, Ltda. São Paulo, 1953.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

"Actos e Resoluções" - 1918/1936.

"Almanaque do Contribuinte da Cidade de São Paulo" - 1951.

"Cadastro Imobiliário da Cidade de São Paulo" -1937/1938
-1940/1941

Decretos Municipais referentes à oficialização das denominações de Ruas em Vila Palmeira.

"Estudo Monográfico da Área Administrativa da Regional da Freguesia do Ó" - 1976.

Legislação referente ao Perímetro Urbano da Cidade de São Paulo.

Legislação sobre o Zoneamento da Cidade de São Paulo.

Plantas Genéricas dos Valores Imobiliários da Cidade de São Paulo - 1953/1971.

RÉMY, J. et VOYÉ, L. - La Ville e l'urbanization. Éditions Ducolot, Belgique, 1974.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL - Vol. LXXVI, 1941.

Legislação sobre Loteamentos no Município de São Paulo.

SABESP - Relatório Referente à Bacia nº 8, Colctor Tronco "Cebuçu de Baixo". Vol. I, III, IV, V, junho de 1975.

SAIA, Luís - Morada Paulista. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1972.

SINGER, Paul - Economia Política da Urbanização. Ed. Brasiliense /CEBRAP, S. Paulo, 1973.

SILVA, R.A., e outros & A Evolução Urbana de São Paulo. Revista da História - V, São Paulo, 1955.

SORRE, Max - Rencontres de la Géographie de la Sociologie, lib. Max Rivière et Cie., Paris, 1957.

Les Fondements de La Géographie Humaine, Tomo III, "L'Habitat" Lib. Armand Colin, Paris, 1952.

VELHO, Otávio G. - O Fenômeno Urbano. (Org.) Zahar, Rio de Janeiro, 1973.

WEBER, Max - The City. The Free Press - Collier Macmillan. New York - 1966.

WILHEIM, George - São Paulo, Metrópole 65. Difel, São Paulo, 1965.

RELAÇÃO DE PLANTAS E CARTAS

- Planta Geral da Capital de São Paulo, 1897, organizada por Gomes Cardim.
- Planta Geral da Cidade de São Paulo, 1905, Prefeitura Municipal Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso F. Costa. Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.
- Planta da Cidade de São Paulo, 1914, Comissão Geográfica e Geológica.
- Planta da Cidade de São Paulo, 1922, Prefeitura de São Paulo.
- Planta da Companhia Predial: "Loteamento de Vila Albertina", 1923.
- Planta da Cidade de São Paulo, 1924, Arrabaldes e Terrenos Arruados, Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.
- Planta da Cidade de São Paulo, 1929, Repartição de Águas e Esgotos.
- Mapa Topográfico do Município de São Paulo, 1930 (Sara-Brasil).
- Planta da Cidade de São Paulo e Arredores (organizada por Castiglione), 1944.
- Planta do Município de São Paulo e Municípios Circunvizinhos (organizada por Belucci), 1949.
- Planta da Cidade de São Paulo, 3ª edição, 1952, Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Planta da Cidade de São Paulo, 1954 (Levantamento Aerofotogramétrico VASP/Cruzeiro do Sul), Prefeitura Municipal de São Paulo.
- Planta da Cidade de São Paulo (Levantamento Aerofotogramétrico LASA/VASP), 1962.
- Planta da Cidade de São Paulo - Instituto Geográfico e Geológico 1971.
- Plano Geral de Esgotos da Área Metropolitana de São Paulo, Racia nº 8, Coletor Tronco Cabuçu de Baixo, executado por Serebe, S.A., Engenharia, para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Coordenadoria do Planejamento, 1975.
- Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo, GEGRAN, Gov. do Est. de São Paulo, Secretária de Economia e Planejamento em Consórcio VASP/Cruzeiro, Escala 1:1000, Voo de 1972; Data da Ream**bu**lação, 1975.
- Planta da Cidade de São Paulo, 1978/1979, CADLOG - Departamento de Rendas Imobiliárias, Prefeitura Municipal de São Paulo.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.